

ATLAS

Amérique Latine & Caribe

17 initiatives
de développement sustentável

Olivier Dabène
Laurie Servières

A Agence Française de Développement (AFD) implementa a política francesa de desenvolvimento e de solidariedade internacional. Por meio do financiamento do setor público e de ONGs, de publicações e de trabalhos de pesquisa (Edições AFD), de capacitação sobre o desenvolvimento sustentável (Campus AFD) e de conscientização na França, a AFD financia, acompanha e impulsiona as transições para um mundo mais justo e resiliente.

Nossas equipes estão envolvidas em mais de 3.250 projetos em campo, nos departamentos e territórios ultramarinos franceses, em 115 países e em territórios em crise. Construimos com nossos parceiros soluções compartilhadas, com e para as populações do Sul, em favor dos bens comuns: o clima, a biodiversidade, a paz, a igualdade entre homens e mulheres, a educação e a saúde. Contribuímos, assim, para o compromisso da França e dos franceses com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por um mundo em comum.

Criado em 2007, o Observatório Político da América Latina e do Caribe (OPALC) da Sciences Po é um projeto com vocação científica, acadêmica, documental e de promoção de eventos. Principal portal francófono sobre a América Latina, vem contribuindo para a compreensão das evoluções políticas da região.

PREFÁCIO

Extraordinário condensado de culturas, história e lutas sociais, a América Latina e o Caribe estão trilhando um caminho fascinante, às vezes sinuoso, rumo a novos modelos de desenvolvimento sustentável. A região tem como riquezas a sua diversidade marítima e agrícola, seus recursos minerais estratégicos e a maior floresta do planeta, a Amazônia. Aí residem seus trunfos e desafios para construir e inspirar transições justas em escala global.

Isabel Allende contava *“a esperança dos homens e das mulheres [da região] que lutam por um mundo melhor”*. E Eduardo Galeano queria *“conversar com a América Latina, conhecer seus segredos, perguntar-lhe de quais argilas nasceu, de quais amores e quais estupros é fruto”*. O Atlas América Latina e Caribe também ambiciona trazer à luz essas esperanças e esses relatos, todas as inovações que constituem as contribuições ímpares do continente ao grande debate internacional aberto em 2015 com o Acordo de Paris sobre o Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A região está na vanguarda especialmente nas questões de governança e justiça ambientais – como atesta o Acordo de Escazú, firmado por vinte e quatro países latino-americanos em 2018, na Costa Rica. Esse acordo ecoa as mobilizações cidadãs em prol do combate ao aquecimento global que se multiplicam nos quatro cantos do planeta.

E, nos próximos dois anos, os olhos do mundo estarão voltados para o continente sul-americano, quando o Brasil estará no epicentro da governança mundial, presidindo o G20 em 2024 e recebendo em Belém do Pará a COP30 para o clima em 2025, dez anos depois da COP21 de Paris. Os bancos públicos de desenvolvimento da América Latina e do Caribe irão desempenhar um papel relevante, através do movimento Finance in Common (FiCS). Eles são muitos e dinâmicos, incluindo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o BNDES no Brasil, o BICE na Argentina ou o Bancoldex na Colômbia. Desde já, faço votos para que consigamos, coletivamente, construir um arcabouço financeiro internacional capaz de alinhar todos os fluxos financeiros, públicos e privados, nos ODS.

A Europa e a região América Latina e Caribe compartilham uma longa história e estão enfrentando desafios comparáveis. Nossos dois continentes foram pilares do multilateralismo, desde a Sociedade das Nações (SDN) até a Agenda 2030. Cabe lembrar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma iniciativa dos países latino-americanos. Nossos dois continentes também são aqueles cujas trajetórias estão hoje relativamente mais próximas de “pousar” – parafraseando Bruno Latour – em um mundo de desenvolvimento sustentável. Entretanto, precisamos redobrar os esforços para reduzir nossas emissões de gases de efeito estufa e fortalecer o vínculo social.

Um pacto solidário a serviço do desenvolvimento sustentável poderia ser construído entre a Europa e a América Latina e o Caribe. E a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que se tornou o primeiro parceiro bilateral do continente, se dispõe a ocupar todo o espaço que lhe cabe nessa tarefa. Queremos, em especial, participar da renovação do olhar sobre essa região, trazendo à luz as dinâmicas positivas promovidas pela sociedade civil, as autoridades públicas, o setor privado e o sistema financeiro.

A força didática desse Atlas reside na parceria entre a AFD, o Observatório Político da América Latina e do Caribe da Sciences Po Paris (OPALC) e dos universitários do campus latino-americano de Poitiers (Sciences Po Paris). Através dos ODS, os autores lançam um olhar dinâmico e contemporâneo sobre a região. A seriedade do trabalho cartográfico e de análise dos dados proporciona uma visão apurada dos desafios e oportunidades do continente. Faço questão de deixar aqui o meu agradecimento a toda a equipe do OPALC, a seu diretor Olivier Dabène, a seus colegas professores-pesquisadores e aos universitários. Quero também expressar minha gratidão aos colaboradores da AFD pelo esplêndido projeto. A sua paixão torna esse livro esclarecedor e dinâmico, portador de esperança para a região, para suas relações com a Europa e, portanto, com o mundo inteiro.

RÉMY RIOUX
DIRETOR GERAL DA AGENCE FRANÇAISE
DE DÉVELOPPEMENT

ÍNDICE

INTRODUÇÃO p.6



Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares

..... p.10



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

..... p.20



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

..... p.12



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

..... p.22



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

..... p.14



Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

..... p.24



Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e igualitária e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

..... p.16



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

..... p.26



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

..... p.18



Reduzir as desigualdades em cada país e entre eles

..... p.28



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

..... p.30



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

..... p.32



Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

..... p.34



Conservar e explorar de maneira sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos visando o desenvolvimento sustentável

..... p.36



Proteger e recuperar os ecossistemas terrestres, promover seu uso sustentável, manejar as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

..... p.38



Promover o advento de sociedades pacificadas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável

..... p.40



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

..... p.42

BIBLIOGRAFIA p.44

APRESENTAÇÃO DA EQUIPE p.46

AGRADECIMENTOS p.47

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, os 193 países-membros das Nações Unidas reuniram-se em Nova York para adotar um programa de desenvolvimento sustentável, batizado de Agenda 2030. Fruto de um processo de elaboração participativa que durou mais de dois anos, é estruturado em torno de 17 grandes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididos em diversos indicadores e metas. A implementação dessa agenda assentou as bases de um trabalho coletivo e estabeleceu, até o ano de 2030, prioridades compartilhadas por todos os países do planeta.

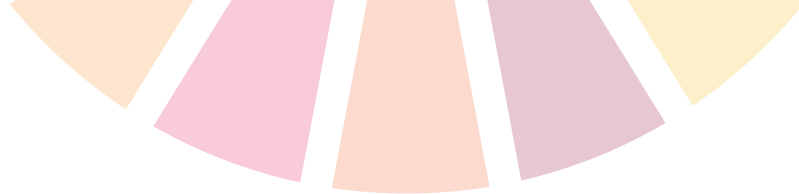
Na América Latina e Caribe, os ODS se mostraram pertinentes com relação à situação ainda muito desigual do continente. A despeito do crescimento econômico rápido e animador na década de 2000, os países da região esbarraram em sérias dificuldades em termos de desenvolvimento. Em 2015, o índice de pobreza chegava a 29,2% da população regional e a implementação de políticas públicas robustas e eficazes na área social ainda representava um desafio enorme para alguns governos.

Em nível global, entretanto, a região era elogiada pela perenidade de suas instituições e serviços públicos. Desde a década de 1990, vinha se destacando muitas vezes pelo potencial de criatividade e inovação das políticas públicas. Esse pioneirismo rendeu um convite para contribuir diretamente com o processo de elaboração da Agenda 2030, entre 2012 e 2015. Com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), além de outras organizações da ONU, um amplo leque de entidades governamentais e não-go-

vernamentais foi convidado para compartilhar suas experiências e lições aprendidas, no intuito de subsidiar o processo de localização e apuração das metas e indicadores dos ODS. Essa participação se concretizou por meio de oficinas e espaços de diálogo que também tiveram um impacto muito positivo, no longo prazo, sobre a sensibilização dos atores latino-americanos e caribenhos aos desafios do desenvolvimento sustentável. Esse primeiro contato foi um marco importante para a apropriação da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe.

Hoje, essa agenda é conhecida de uma ponta à outra da região e todos os países que a compõem têm uma instituição voltada para o monitoramento da sua implementação. Muitos dos países incorporaram diretamente os ODS no seu planejamento nacional e subnacional. A maior parte dos institutos nacionais de estatísticas responsáveis pelo processamento dos dados sobre o andamento das metas e indicadores foram fortalecidos e já têm capacidade para centralizar e harmonizar as informações coletadas localmente. Em nível regional, a Cepal continua desempenhando um papel-chave no acompanhamento desses progressos e na promoção da Agenda 2030.

Desde a adoção dos ODS em 2015, a região precisou enfrentar uma série de crises políticas, econômicas e ambientais que prejudicaram muito os avanços. Por si só, a pandemia da Covid-19 teve um impacto devastador em todo o continente, provocando um retrocesso de uma ou várias décadas em alguns setores – em especial, na



qualidade de vida das populações. Em toda a região, a capacidade das nações de reforçar seus sistemas de proteção social foi duramente posta em xeque e, com ela, os avanços no cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030.

De fato, alguns relatórios recentes sobre a situação da implementação do desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe exibem projeções pessimistas quanto à possibilidade de alcançar todos os objetivos nos prazos estabelecidos. Longe de ignorar a magnitude dos desafios a enfrentar, a presente publicação pretende se colocar em uma perspectiva algo diferente desses trabalhos de prospectiva. Isso porque, mesmo com os empecilhos políticos, os atrasos acumulados durante a crise sanitária e todos os obstáculos enfrentados, a criatividade, a determinação e, às vezes, a resiliência mostradas por alguns atores da região deram origem a soluções muito convincentes. Se nem todas lograram resultados quantitativos suficientes para fechar o hiato das desigualdades, elas abriram o caminho para avanços qualitativos essenciais, em médio e longo prazos. Lembrar a importância dessas contribuições “invisíveis” é uma boa maneira de homenagear seus protagonistas e de contribuir para a divulgação de suas metodologias e boas práticas.

Em formato de atlas, combinando análises e suportes gráficos e cartográficos, este livreto propõe um retrato decididamente otimista da implementação da Agenda 2030 na região, tratando de valorizar os esforços realizados desde 2015. Estruturado em torno dos 17 ODS, apresenta para cada um deles o caso de um programa ou projeto

inovador elaborado em um ou mais países latino-americanos e do Caribe. Com isso, as 17 páginas duplas que formam o âmago da obra têm como vocação apresentar o mesmo número de contribuições originais e recentes para o desenvolvimento sustentável.

Na escala multilateral, dar destaque às boas práticas demonstrou, muito cedo, ser uma estratégia interessante para estimular o avanço e a adoção de comportamentos virtuosos. Valorizar o impacto e o caráter inovador de determinadas medidas governamentais ou civis se tornou uma maneira de incentivar sua replicação ou de inspirar outras iniciativas do mesmo tipo. Em termos técnicos e metodológicos, essa abordagem também teve o mérito de divulgar ferramentas e expertises específicas, em formatos muito didáticos, desenhados para serem facilmente apropriados por todos os players.


Convictos do potencial inerente a esta dinâmica de emulação e aprendizado, os autores desse atlas optaram por focar a análise de cada projeto na identificação destas boas práticas. Também fizeram questão de destacar os mecanismos ou repertórios de ação que lhes pareceram, ao mesmo tempo, mais inovadores e mais determinantes para o sucesso das iniciativas em pauta. E, embora nem todas exibam o mesmo grau de sofisticação ou institucionalização, elas sempre abrem caminhos promissores para o futuro e para a sua reprodução.

Um aspecto crucial na elaboração da Agenda 2030 foi a participação ativa, ao lado dos governos nacionais e de seus aliados internacionais, dos governos locais, da sociedade civil e do setor privado.



Diferentemente de seus antecessores, os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), os ODS deveriam ter a possibilidade de serem promovidos e implementados em diversas escalas de governança, por protagonistas variados. A representação dessa diversidade foi uma norma decisiva para a seleção dos projetos do atlas. No total, podemos considerar que quatro deles são conduzidos por governos nacionais (ODS 3, 14, 16, 17), quatro por autoridades locais (ODS 1, 4, 9, 15), três por organizações não-governamentais ou movimentos sociais (ODS 6, 11, 12), um pelo setor privado (ODS 7), e cinco se dão mediante a liderança de agências internacionais ou regionais (ODS 2, 5, 8, 10, 13). Entretanto, vários deles são fruto de uma estreita colaboração entre diversos tipos de agentes (ODS 2, 7, 9, 12, 11, 13 e 15 em especial). Mais difíceis de serem classificados, refletem outra preocupação central, na concepção da Agenda 2030: incentivar a cooperação e a criação de parcerias virtuosas dentro das sociedades. Fiéis ao espírito dos ODS, os autores desse livro dedicaram amplo espaço à exploração dos mecanismos de coordenação e outros meios destinados a promover o trabalho coletivo. Em algumas iniciativas, a própria construção de espaços de diálogo entre diferentes tipos de agentes pouco conectados entre si, com interesses rivais, já foi uma conquista (ODS 6) - até mesmo um avanço histórico (ODS 16).

Evidenciar as sinergias entre os diversos indicadores e ODS nos projetos também foi um ponto de atenção na concepção do atlas. A adoção de um padrão gráfico  ajudou a destacar o potencial

de transversalidade identificado em determinados projetos, capazes de contribuir para a realização simultânea de mais de um ODS. Estas referências visuais  tecem uma rede de correspondências entre as páginas do atlas. Mesmo assim, não esgotam a infinita quantidade de conexões e interseções entre os grandes eixos temáticos da Agenda 2030.

Em termos metodológicos, a concepção deste livro foi construída em quatro grandes etapas: (1) a identificação de projetos inovadores e suas práticas virtuosas; (2) a definição dos critérios de seleção e o estabelecimento de uma lista de projetos representativa da diversidade geográfica, bem como dos diferentes tipos de protagonistas e escalas de implementação das iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável na região; (3) a coleta de dados precisos sobre as iniciativas escolhidas; e (4) a concepção do material visual e textual das páginas duplas, com base nas pesquisas previamente realizadas. Além dos critérios de seleção acima mencionados, o caráter inovador, até mesmo inédito dos projetos, era outra exigência na concepção da obra. Preocupados em valorizar iniciativas ainda pouco conhecidas e pouco mencionadas na literatura internacional, os autores priorizaram projetos recentes, assumindo o risco de que não tivessem, ainda, suportes de comunicação completos e acessíveis e de que seus impactos ainda não tivessem sido quantificados. A escassez ou a inacessibilidade dos dados de progresso foi, de fato, um desafio na fase de pesquisa e até mesmo um obstáculo para a identificação destas iniciativas. O uso de métodos de investigação

empírica qualitativa, em especial a realização de entrevistas com os protagonistas ou os beneficiários das iniciativas, ajudou a superar essas dificuldades. A sua disponibilidade e entusiasmo na hora de compartilhar suas experiências e dados internos dos projetos foram fundamentais para a realização dos ODS 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 11. Para os demais projetos, a qualidade e acessibilidade das informações disponíveis online nos seus sites de internet ou plataformas dedicadas, também foram diferenciais valiosos para a coleta de dados. Em ambos os casos, os autores do atlas trataram de valorizar o trabalho e as ferramentas de comunicação das autoras e autores das iniciativas, cujas referências foram registradas entre as fontes das ilustrações, na bibliografia e nos agradecimentos. Esperam que a publicação deste trabalho contribua para a divulgação das ideias e a valorização dos esforços destas pessoas e organizações.

Por fim, a preparação desse atlas fez parte de uma proposta pedagógica ao incluir a participação de dezesseis universitários do campus de Poitiers de Sciences Po. O olhar da geração que tem o maior interesse na concretização dos ODS contribuiu para enriquecer a reflexão, e sensibilizou todos os participantes em relação aos desafios da passagem para a ação. Por ocasião de um seminário sobre a implementação da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe, focaram os ODS 3, 4, 7, 10 e 13.

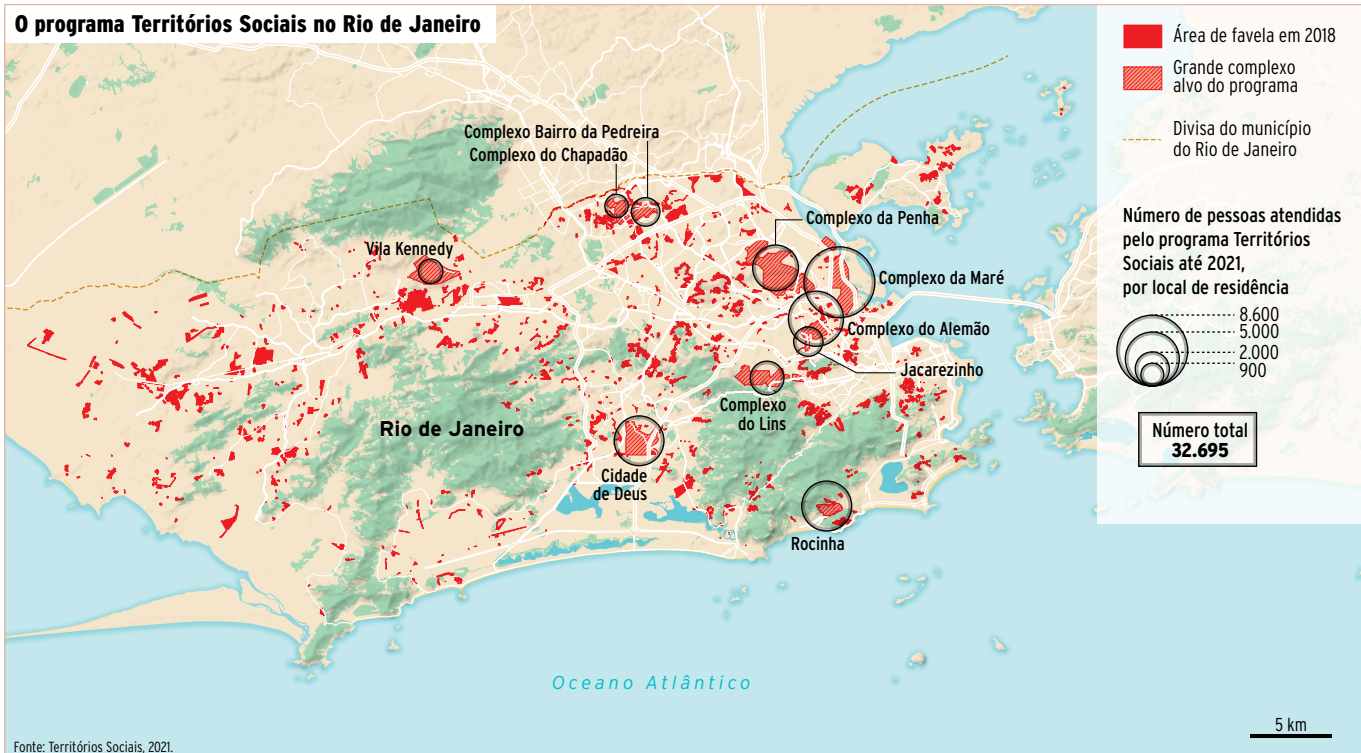
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



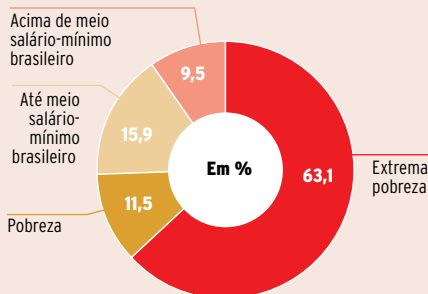
Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares

No momento em que as mudanças climáticas produzem consequências cada vez mais graves para as populações vulneráveis, sem acesso aos recursos essenciais e a locais de moradia seguros e resilientes, eliminar a pobreza se torna um desafio prioritário de desenvolvimento.

O programa Territórios Sociais no Rio de Janeiro

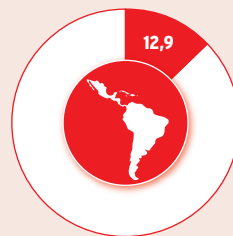


Renda familiar média das famílias atendidas pelo programa

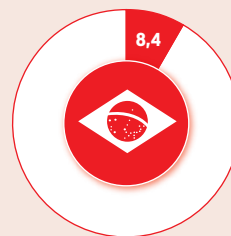


Índice de extrema pobreza em 2021

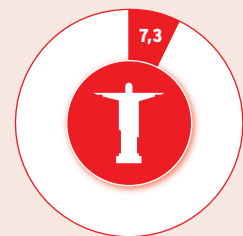
Em % da população total



Na América Latina



No Brasil



No Rio de Janeiro

Fonte: CEPALC.

Contexto regional

Na região América Latina e Caribe, em 2021, cerca de 201 milhões de pessoas viviam na pobreza e 86 milhões em situação de pobreza extrema, isto é, 32,3% e 12,9% da população total, respectivamente. Entretanto, grandes esforços haviam sido empreendidos para elevar o padrão de vida das populações mais vulneráveis. Nos anos 2000, alguns países da região implementaram, em grande escala, programas de assistência às famílias mais carentes, baseados em mecanismos de transferência de renda condicionada. No Brasil, o Bolsa Família, por exemplo, conseguiu reduzir as desigualdades de renda no país inteiro e melhorou o dia a dia de milhões de famílias.

Identificar os “invisíveis” nas favelas

Em escala menor, surgiram iniciativas que estruturaram ferramentas e mobilizaram apoios de maneira cada vez mais criativa, a serviço da redução da pobreza. No Rio de Janeiro (Brasil), o Instituto Pereira Passos (IPP) lançou em 2016 a fase piloto de Territórios Sociais, um programa alinhado com os desafios da proteção social (1.3) e do acesso aos recursos e serviços (1.4) do objetivo 1. A partir de 2019, o programa recebeu o apoio da agência ONU-Habitat, ampliando o seu escopo e a sua área de atuação.

“ Procuramos aplicar o princípio “Não deixar ninguém para trás”, da Agenda 2030. Para isso, não buscamos famílias pobres e sim famílias invisíveis..

RAYNE FERRETTI,
coordenadora ONU-Habitat Brasil.



32.695

famílias
monitoradas até
fevereiro de 2021

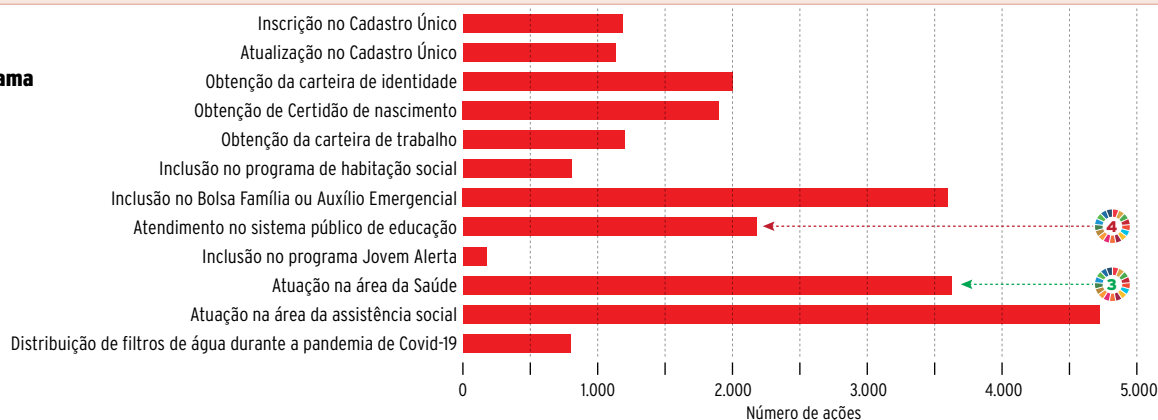


Diante da heterogeneidade social verificada dentro das próprias favelas, o objetivo do programa era apoiar as famílias mais vulneráveis, incluindo-as nos sistemas e serviços públicos aos quais em geral não tinham acesso.

A implementação de Territórios Sociais se baseou numa fase relativamente extensa de diagnóstico, na qual foram identificados, por meio de levantamento e análise de informação, além de busca ativa porta a porta, os bolsões de pobreza extrema nas favelas. As ferramentas de mapeamento, entre outras tecnologias desenvolvidas há vários anos nos órgãos locais, foram fundamentais para o sucesso da coleta e da análise dos dados. Após essa etapa, em estreita articulação entre secretarias municipais, o programa entrou em ação nas áreas-alvo, com uma abordagem caso a caso. As famílias elegíveis efetuaram ou atualizaram a sua inscrição no Cadastro Único dos programas sociais do governo brasileiro, para se beneficiar de serviços essenciais em matéria de saúde, assistência social, educação etc.

Premiado em 2019 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Territórios Sociais se destacou pelos resultados eloquentes, mas também pela sua sustentabilidade: ainda vigente, sobreviveu a duas mudanças na administração municipal e é hoje replicado em diversos lugares.

Tipos de atividades desenvolvidas no âmbito do programa

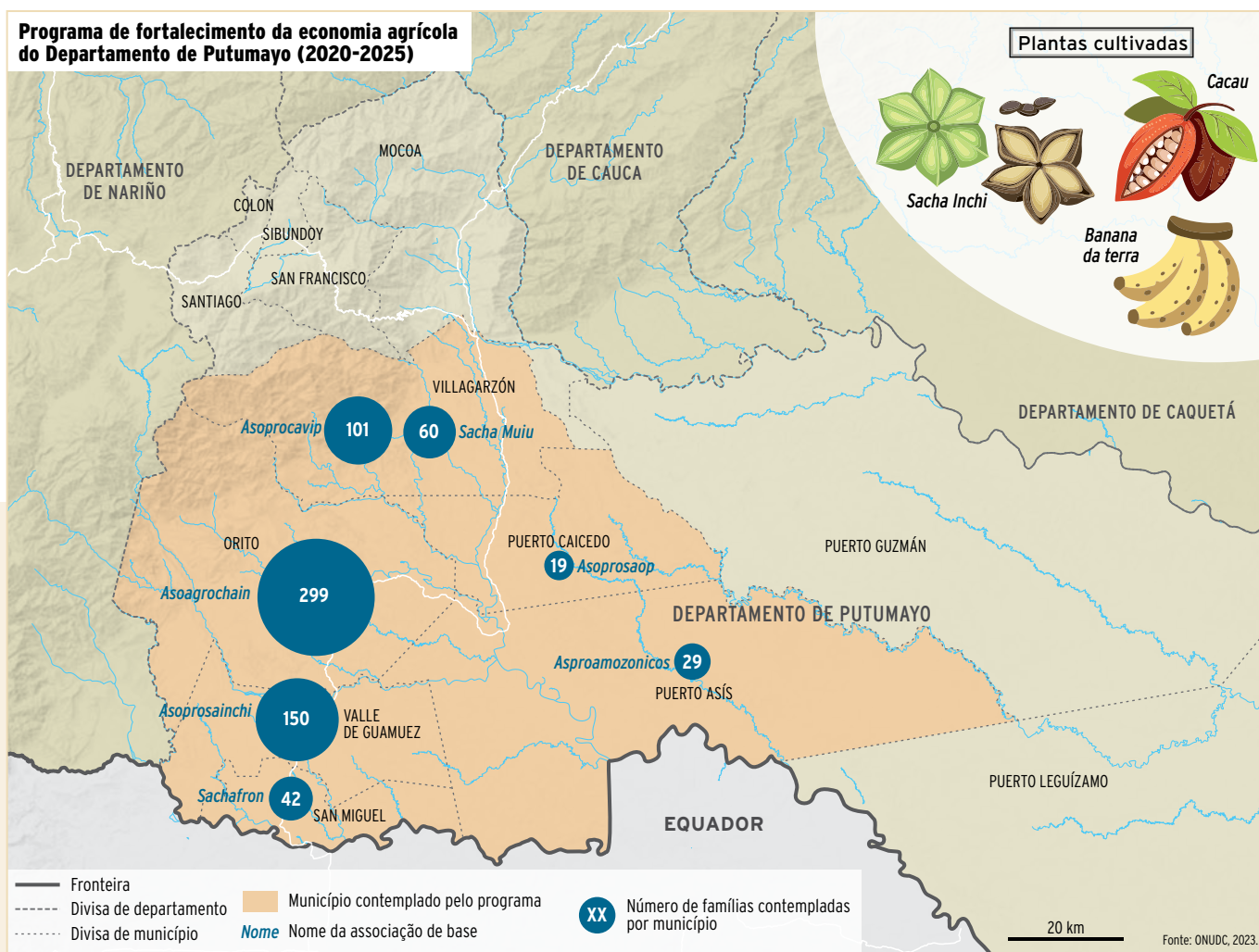


Fonte: Territórios Sociais, 2021.



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Na América Latina e no Caribe, o número de pessoas que sofrem com a fome aumentou muito durante e depois da pandemia do Covid-19, beirando os 60 milhões de pessoas no auge da crise. Paradoxalmente, os pequenos agricultores da região ficaram muito expostos a situações de insegurança alimentar; tiveram a sua renda impactada tanto pela recessão econômica quanto por uma sucessão cada vez maior de eventos naturais extremos, devido à aceleração das mudanças climáticas.



Na Colômbia, um ambiente agrário marcado pela pobreza e pela violência

Na Colômbia, o passivo do conflito armado contribuiu para piorar a situação dos pequenos produtores rurais, reféns de contextos de violência e de pobreza extrema. Planta ancestral com virtudes medicinais, a coca, muitas vezes, se impôs como único cultivo rentável nas áreas mais afastadas, por conta da deturpação de seu uso na forma de cocaína, uma droga muito lucrativa para as redes planetárias de narcotráfico. Em muitos casos, os pequenos produtores eram forçados pelos grupos armados a produzi-la, tornando-se também alvos da repressão do Estado na guerra contra a droga.

Embora a assinatura dos acordos de 2016 não tenha totalmente erradicado a violência, nem mitigado a prevalência do narcotráfico no país, jogou a luz sobre a complexidade das situações vividas pelos pequenos produtores e provocou a reflexão sobre medidas mais sustentáveis, promovendo o princípio da substituição, por exemplo.

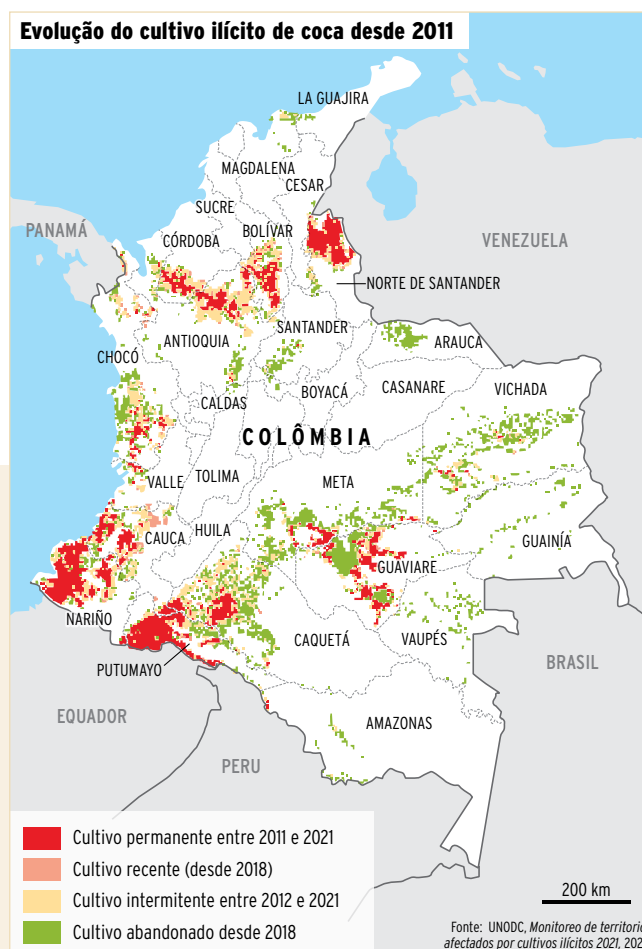
Apoiar a produção de sacha inchi em Putumayo

Em Putumayo, departamento colombiano duramente atingido pelos conflitos e seus efeitos colaterais, o cultivo da sacha inchi surgiu como solução viável de substituição da coca, devido à sua rentabilidade e à recente descoberta de suas propriedades nutricionais. Já explorada no Peru, essa semente era tradicionalmente utilizada (na alimentação) pelos povos indígenas.

Na localidade de Puerto Caicedo, os produtores adotaram a sacha inchi no final dos anos 2000 e trataram de se unir em cooperativa para somar os aprendizados. Com isso, conseguiram assumir os custos da comercialização e do beneficiamento desse produto, na forma de óleo ou de sementes torradas. A criação da Associação dos

Produtores de sacha inchi do município de Puerto Caicedo (ASOPROSAOP) veio reforçar os laços entre eles. Também impulsionou ações educativas e de promoção e defesa das pautas acerca dos desafios da substituição dos cultivos ilícitos de coca.

Em 2020, a ASOPROSAOP entrou na lista dos parceiros de um ousado projeto de fortalecimento da economia agrícola no Departamento de Putumayo. Conduzida pelo Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC), a iniciativa nasceu graças aos esforços dos poderes locais, em especial o Governo de Putumayo, mas também graças ao apoio financeiro decisivo da Agência Coreana de Desenvolvimento Internacional (KOIKA) e do governo colombiano. Com o aporte desses recursos, 700 famílias, filiadas a sete diferentes organizações de base, foram beneficiadas pelo acompanhamento para o fortalecimento das suas capacidades produtivas agrícolas. Paralelamente ao cultivo de sacha inchi, no cerne do programa, as famílias também foram incentivadas a desenvolver um produto secundário (banana da terra ou cacau) para garantir sua renda e participar da diversificação da produção alimentar regional.





Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Entre 1980 e 2014, a prevalência mundial da obesidade mais do que duplicou, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a doença como epidemia mundial. Definida como “acúmulo anormal ou excessivo de gordura que prejudica a saúde” (OMS), a obesidade estaria relacionada à mudança nos hábitos alimentares com o crescente consumo de alimentos processados e de produtos ricos em cereais e açúcar.

Um índice de obesidade recorde na América Latina e no Caribe

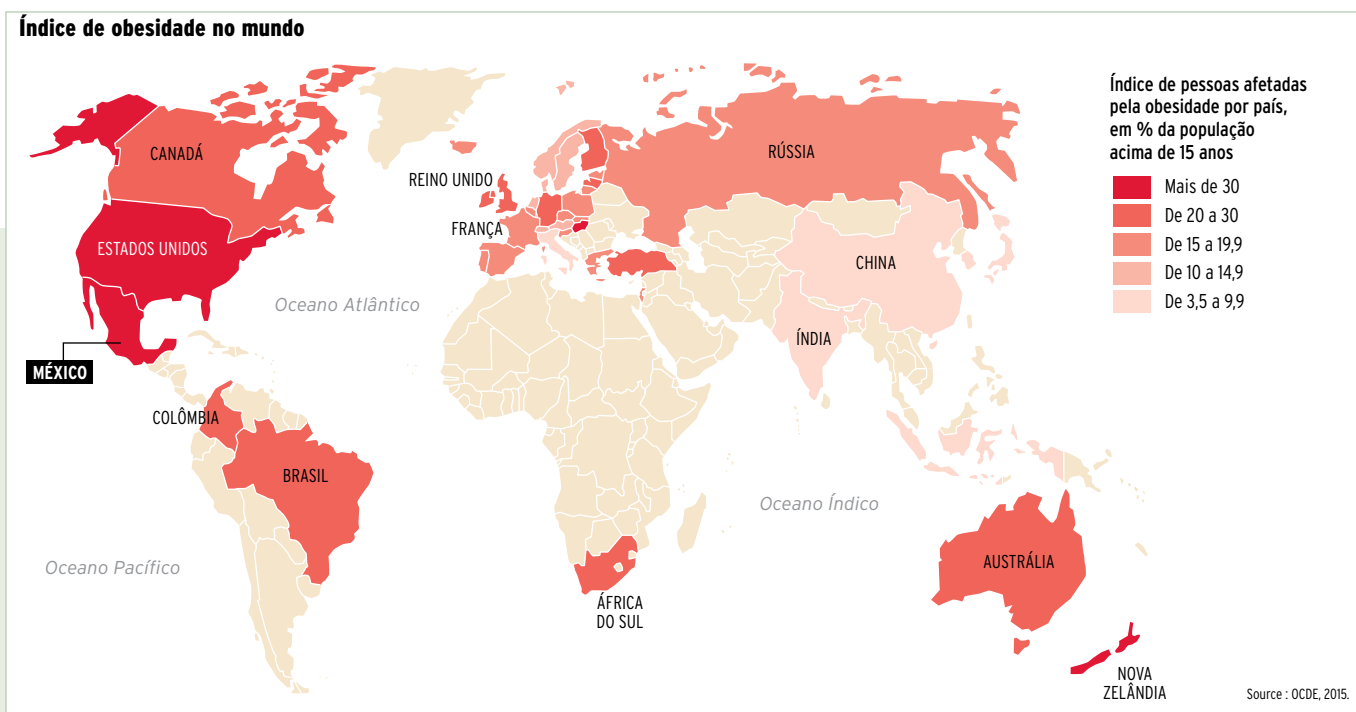
Na comparação com outras regiões do mundo, a América Latina e o Caribe são especialmente desafiados por este problema de saúde pública. De acordo com um relatório de 2019 das Nações Unidas, o índice de obesidade regional teria sido multiplicado por três desde 1975 e teria atingido o dobro da média mundial em 2016. No México, 30% dos adultos são diretamente afetados e 70% estão com sobrepeso. Nesse país, a situação sanitária é mais preocupante ainda porque o índice de obesidade infantil está aumentando de modo constante.

Para os especialistas, esse cenário de rápido crescimento da obesidade é consequência indireta das profundas transformações da

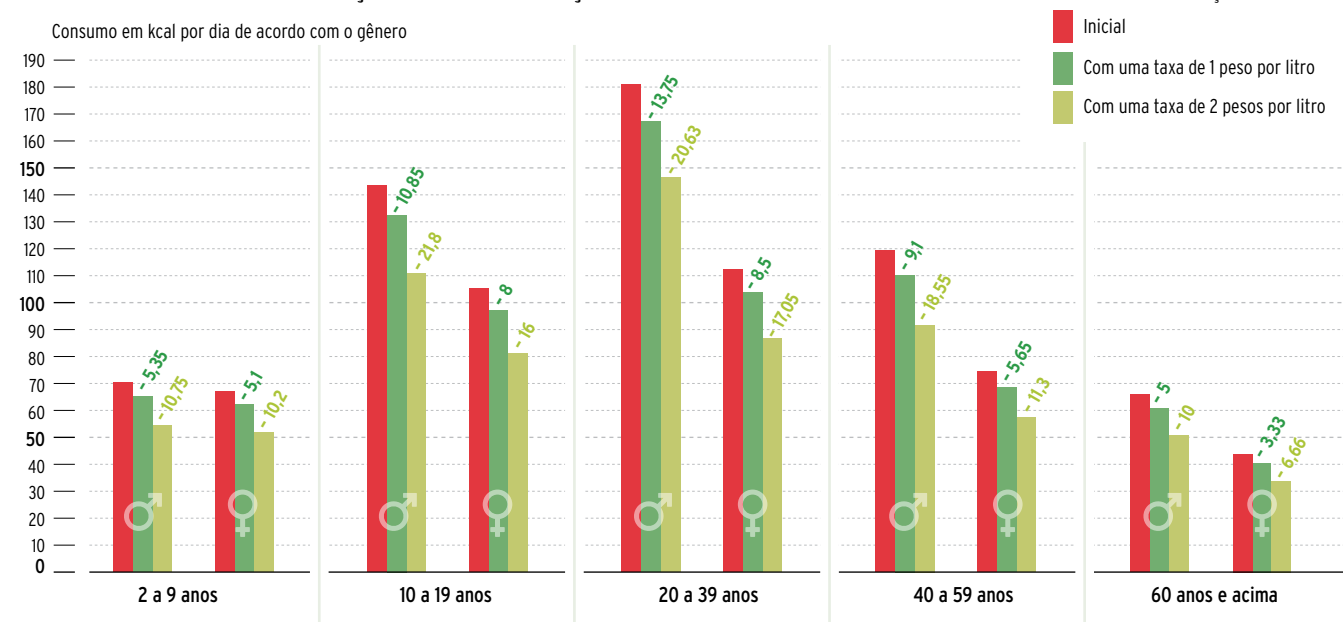
sociedade induzidas por alguns tratados de livre-comércio, tais como o Tratado Norte-Americano (NAFTA). Para contrabalançar seus efeitos e promover hábitos alimentares mais saudáveis, podem ser adotadas medidas normativas.

O combate à obesidade no México

No México, todo um leque de políticas públicas foi implementado pelo governo federal ao longo dos últimos dez anos. Preocupadas em ter uma ação efetiva no longo prazo e em gerar mudanças estruturais, as autoridades focaram os públicos jovens. Através da adoção de medidas restritivas, procuraram atuar diretamente no acesso aos alimentos considerados de risco - por exemplo,



Taxa de 2014 sobre as bebidas com açúcar no México: alterações do consumo estimadas em 10 anos



Fonte: "Cost-Effectiveness Of The Sugar-Sweetened Beverage Excise Tax In Cidade de México", Health Affairs, novembro de 2019.

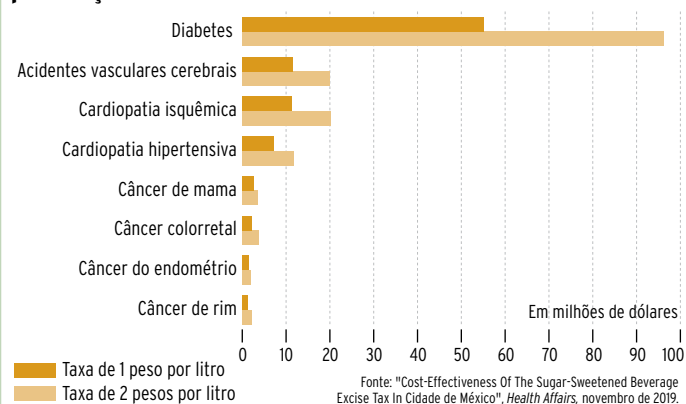
vetando a venda ou a distribuição aos menores de idade de bebidas gaseificadas e pré-embaladas e de alimentos com ácidos graxos processados ou com percentuais excessivos de açúcar. Medidas complementares reforçaram o banimento desses alimentos focando diretamente as instituições envolvidas na educação dos menores, em especial as escolas e os centros de saúde. Destes espaços, bem como dos hospitais e clínicas, foram retirados os distribuidores automáticos de alimentos processados. Outras diligências confrontaram as atividades comerciais de distribuição e promoção da "junk food" ao proibir qualquer publicidade destinada aos menores de idade, ao instaurar um sistema de rotulagem nutricional e aplicar uma taxa sobre bebidas com açúcar. Essa última medida, que acrescenta 1 peso ao preço de cada litro

de bebida com açúcar, entrou em vigor em 2014 e exibe resultados significativos no longo prazo, em especial no que tange ao diabetes. A duplicação da taxa está sendo cogitada. Além dessas proibições, o México também promoveu ações de sensibilização relacionadas com a prática de esportes. Nas instituições públicas de ensino, um programa governamental incentiva a atividade esportiva e promove hábitos alimentares mais saudáveis. Em 2015, a Prefeitura da Cidade do México decidiu oferecer uma passagem de metrô aos usuários que fizessem 10 agachamentos frente a um detector de movimentos instalado em algumas estações. As ações inovadoras combinadas desenvolvidas em todo o país já serviram como fonte de inspiração para alguns vizinhos, como Chile ou Peru, que implementaram medidas semelhantes.

🕒 O custo econômico da obesidade

O impacto econômico e social da obesidade é alto. Na América Latina, as doenças relacionadas a um índice de massa corporal (IMC) superior ou igual a 30 custaram milhões de dólares em 2010. É enorme a perda de produtividade provocada por mortes precoces relacionadas a essas doenças. De acordo com a OCDE, em 2019 o México perdeu 5,3% de PIB com a obesidade.

Taxa de 2014 no México: economia de gastos de saúde por doenças estimada em 10 anos





Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e igualitária e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A crise da Covid-19 provocou a degradação dos sistemas educacionais, principalmente nos países onde ocorreram mais restrições. As diferenças no acesso à internet e no acompanhamento em domicílio acentuaram as desigualdades escolares entre os países e suas populações. Para as crianças do maternal, atravessando um período crucial para seu desenvolvimento, a situação foi especialmente prejudicial.



Educação e primeira infância na Argentina

A pandemia impactou duramente a educação na Argentina, com o fechamento parcial ou total das escolas ao longo de 79 semanas. De acordo com os testes de desempenho do Ministério da Educação argentino, o percentual de alunos no final da 6ª série com dificuldades de leitura passou de 7,1% para 22,3% entre 2018 e 2021. Em matemática, a regressão foi menor, porém real: os alunos em dificuldade representavam 23,1% em 2021, ante 19,6% em 2018.

Além disso, a crise exacerbou as desigualdades entre escola pública e privada, já que as escolas privadas oferecem a escolarização já a partir dos 2 anos de idade, sendo que a Constituição estabeleceu que a escola é obrigatória somente a partir dos 4 anos de idade. Como consequência dessa diferença, o índice de repetência é mais elevado nas escolas públicas do ensino fundamental.

Acrescentam-se a isso disparidades entre as províncias, como mostram os resultados das avaliações nacionais “Aprender” em matemática e língua espanhola. A cidade de Santa Fé, com 415.345 habitantes, capital de uma província que ocupa o décimo lugar desse ranking em 2021, procurou combater as desigualdades estruturais do sistema educativo e estender sua ação para além da escola. Vários projetos educacionais, relacionados à arte e à arquitetura, foram lançados a partir de dezembro de 2020, no enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Santa Fé: uma abordagem inovadora

O projeto “Integrar Santa Fé” procura criar condições para uma integração social e urbana de qualidade, sobretudo nos bairros mais carentes, fornecendo serviços urbanos e otimizando o ambiente urbano mediante a utilização das calçadas. Mais de 80 delas foram

reformadas para receber atividades recreativas. Foi dada a preferência para oficinas de poesia ou pintura e para brincadeiras infantis, como amarelinha.

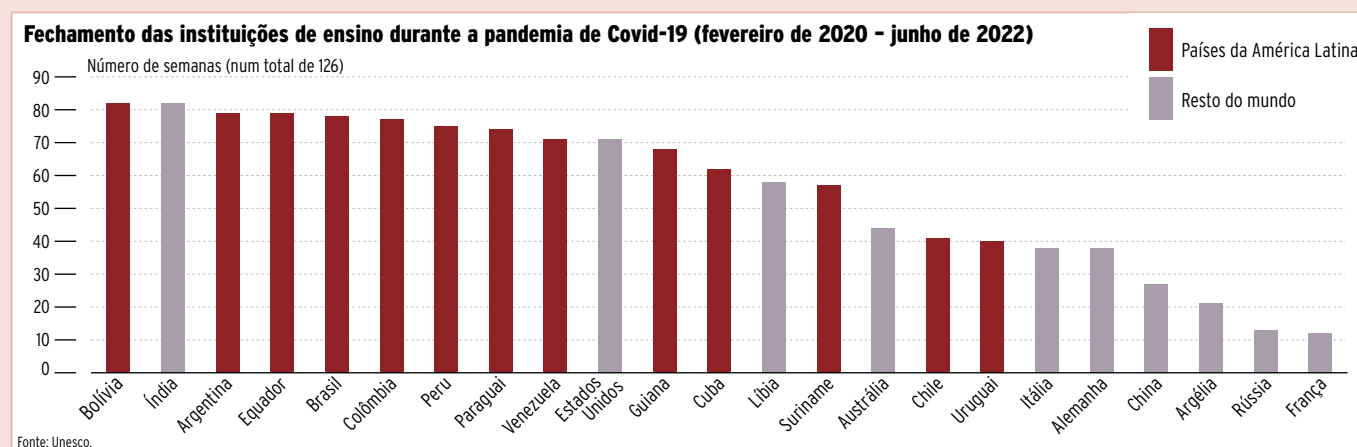
Outro projeto, denominado “Estaciones”, incentiva o uso de prédios municipais para oferecer atividades de convivência e orientação social voltadas para crianças, além de serviços e atenção básica à saúde. Também promove oficinas para reduzir as desigualdades de aprendizado da leitura e de escrita. Em setembro de 2023, a cidade já contava com 18 estações para receber as crianças e suas famílias.

“Essas realizações mudam a vida dos professores, dos estudantes e do bairro.”
EMÍLIO JATÓN, PREFEITO DE SANTA FÉ

Por fim, a Prefeitura lançou o programa “La ciudad aprende en casa” para acompanhar as crianças durante a pandemia. Consistia em oferecer conteúdos pedagógicos e lúdicos para que as crianças pudessem estudar com seus pais. Até o momento, foram gravados 22 audiolivros, disponíveis para download, e mais de 1.600 crianças do ensino fundamental já foram beneficiadas.

Santa Fé foi a única cidade da Argentina e da América Latina que implementou uma política tão robusta e multidimensional voltada para crianças. Com essas iniciativas, a cidade enfrentou a pandemia aprimorando as condições de vida dos seus habitantes e promovendo a educação.

Depois do fim da crise sanitária, a cidade retomou suas ações de integração social, financiadas pelo seu Fundo de Assistência Educativa. Continuam ocorrendo exercícios de leitura nas escolas, além de atividades de educação cívica, visando compensar os atrasos acumulados com relação ao currículo escolar e ao aprendizado das crianças.





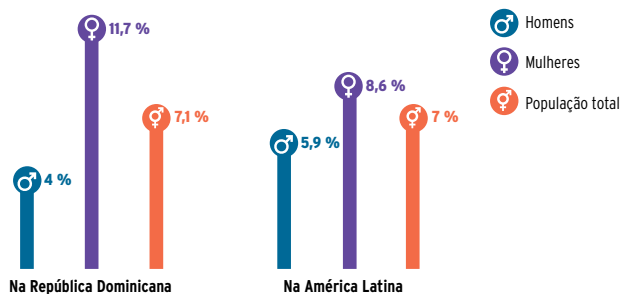
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A questão do gênero ocupa um lugar central na Agenda 2030, permeando a quase totalidade dos ODS. As iniciativas divulgadas nesta publicação mostram diversas abordagens deste desafio na América Latina e no Caribe, através de projetos que lidam com educação, saúde, moradia etc. Contudo, o ODS 5 lembra a necessidade da adoção de políticas públicas robustas e que foquem diretamente a paridade ou o empoderamento das mulheres.

Desigualdades de gênero persistentes no mundo do trabalho

Na América Latina e no Caribe, a incorporação precoce na agenda política da questão das desigualdades de gênero propiciou avanços no respeito aos direitos das mulheres e das meninas em geral e em alguns aspectos específicos, como a criação de políticas de cotas e a presença feminina em cargos públicos e eletivos. Porém, esse avanço não foi constatado em outros setores: os indicadores de salários, pobreza por gênero e desemprego refletem um cenário ainda preocupante no campo do trabalho e do acesso às oportunidades, uma situação que foi agravada com a pandemia de Covid-19.

Taxa de desemprego por gênero para o ano de 2022



Fonte: OIT, 2023 (ILOstat, estimativas).

Uma ferramenta regional para a paridade de gênero

Para tentar reduzir estas desigualdades, nasceu em 2016 um programa multinacional chamado “Iniciativas de paridade de gênero” (IPG), fruto de uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fórum Econômico Mundial (FEM). Juntas, as duas instituições estabeleceram o objetivo de reforçar a inclusão econômica das mulheres, promovendo seu acesso a empregos decentes no setor privado e nas administrações públicas. Em 2018, a Agência Francesa de Desen-

Índice de prevalência feminina nas famílias pobres em 2021



Para cada 100 homens com idade de 20 a 59 anos, vivendo em famílias pobres, existem 144,1 mulheres na mesma situação.



Para cada 100 homens com idade de 20 a 59 anos, vivendo em famílias pobres, existem 116 mulheres na mesma situação.

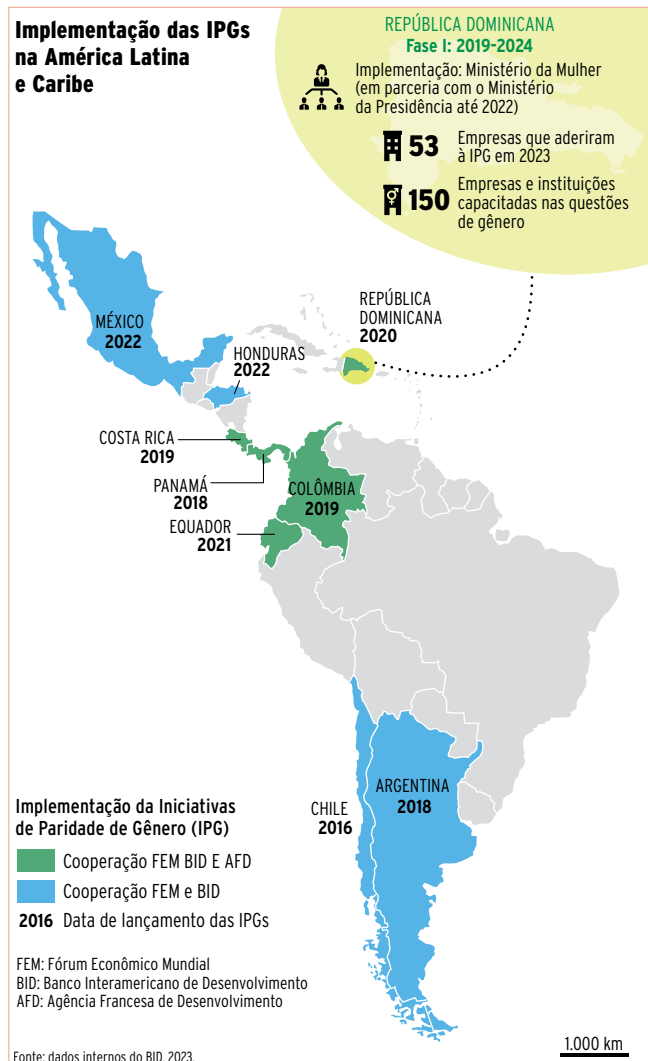
volvimento (AFD) juntou-se à iniciativa e está hoje contribuindo para o financiamento das operações desenvolvidas em cinco países, entre os quais a República Dominicana.

Fortalecer a inclusão econômica das mulheres na República Dominicana

Com uma taxa de desemprego feminino duas vezes superior à dos homens e três de cada dez mulheres exercendo atividades domésticas não remuneradas, a República Dominicana ostenta um quadro muito desigual em matéria de gênero e de acesso às oportunidades econômicas. Desde o início dos anos 2000, o país vem tentando enfrentar o problema com a implementação sucessiva de três planos nacionais visando a igualdade e a equidade de gênero (PLANEG I, II e III). Lançado em 2018, o mais recente remete diretamente à Agenda 2030 e procura se alinhar a vários ODS. Responsável pela sua execução, o Ministério da Mulher também decidiu aderir ao conceito das IPGs para receber o apoio estratégico de entidades experientes no campo da redução das desigualdades de gênero.

Na primeira fase das IPGs (2019-2024), foram realizadas oficinas de fortalecimento das capacidades voltadas para as instituições nacionais responsáveis pela execução da Agenda Nacional de Igualdade de Gênero. Também foi desenvolvido um forte trabalho de sensibilização junto ao setor privado, para promover a cultura da equidade e da paridade no mundo empresarial. Nessa perspectiva, a criação de um selo nacional de igualdade de gênero (IguandoRD) foi um marco inovador.

Até meados de 2023, 53 empresas dominicanas já haviam aderido às IPGs, entre as quais gigantes da telecomunicação como Altice ou Huawei. Mais à frente, a construção de parcerias virtuosas entre as instituições públicas e o setor privado na República Dominicana



deve facilitar o acesso das mulheres a melhores oportunidades profissionais e salariais. Para tanto, o programa prevê expressamente aumentar a participação feminina em setores estratégicos da economia, como na ciência e tecnologia, na engenharia e na matemática.

As IPGs são um instrumento de cooperação internacional que visa a redução das desigualdades de gênero nos campos econômicos e do trabalho. O conceito surgiu em 2012, impulsionado pelo FEM. Essa instituição já havia criado, em 2006, o Global Gender Gap Index (GGGI), uma metodologia baseada em quatro dimensões fundamentais (econômica, política, educacional e de saúde) para mensurar o hiato entre as mulheres e os homens em termos de distribuição dos recursos e oportunidades. De acordo com este método de avaliação, um resultado igual a 1 equivale a uma paridade perfeita e um resultado próximo de 0 mostra um hiato acentuado entre os sexos.

No **19º** lugar do ranking regional, com um **GGGI** de **0,703** para o ano de **2022**, a República Dominicana está entre os países latino-americanos mais **desiguais** em termos de **gênero**.

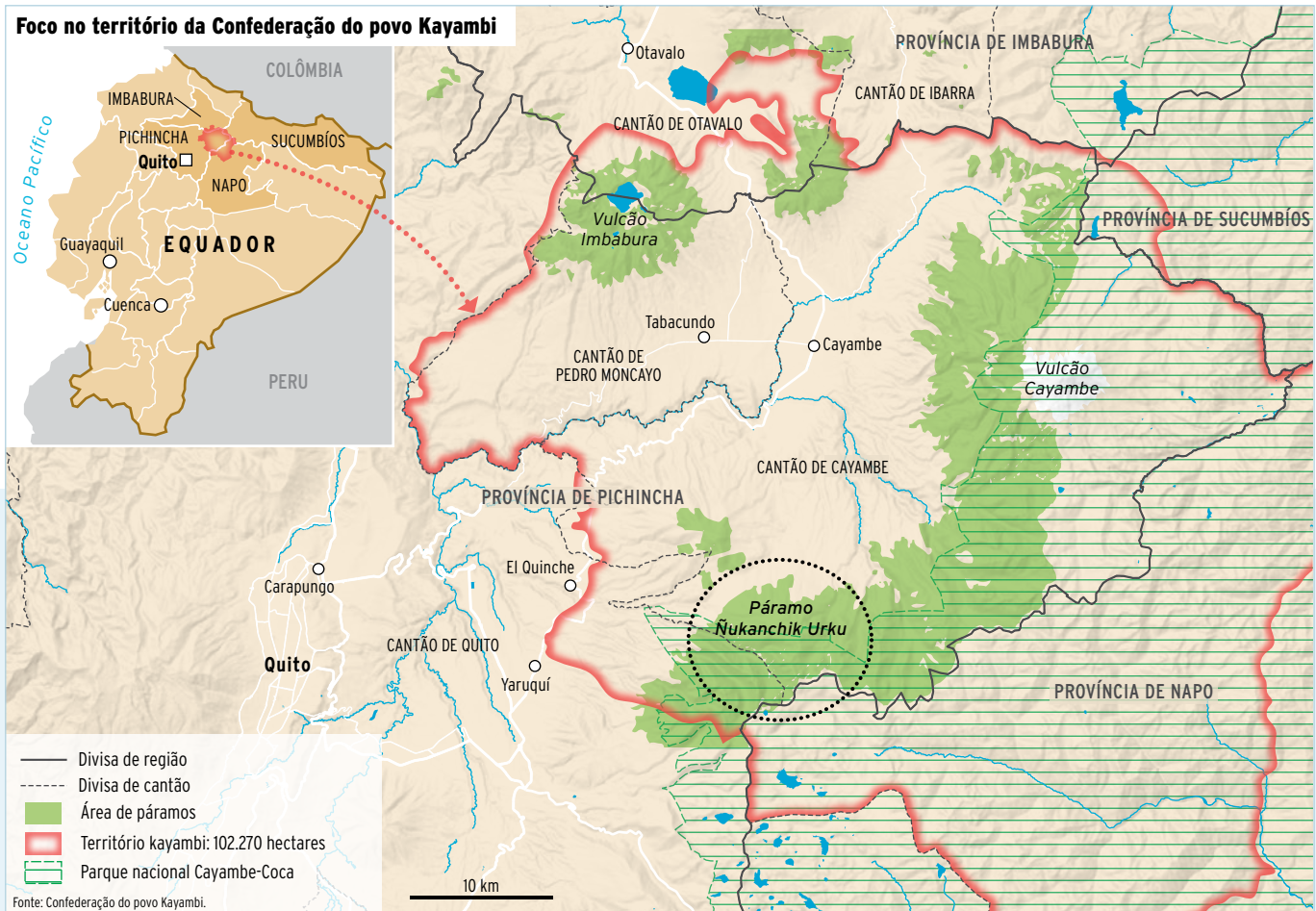
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do esgotamento sanitário para todos

Na América Latina e no Caribe, o acesso à água potável registrou uma significativa melhoria nas últimas décadas, resultado dos esforços empreendidos nos níveis local e nacional no que diz respeito ao serviço público de fornecimento.

Entretanto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) apontava em 2019 que 7 a cada 10 pessoas ainda não tinham acesso à água tratada na região.



Desafios do manejo dos recursos hídricos em área rural

Nos países latino-americanos, o acesso à água é mais complexo nas áreas rurais. Em 2020, enquanto nas áreas urbanas 81 % da população tinham acesso à uma água potável controlada, essa era a realidade de apenas 53% dos moradores da área rural. Além do problema do abastecimento, a preservação dos recursos hídricos ameaçados pelos lançamentos de poluentes é outro grave desafio, pois muitas comunidades dependem da saúde dos rios e dos oceanos para exercer suas atividades produtivas (pesca, piscicultura) e garantir a sua segurança alimentar.

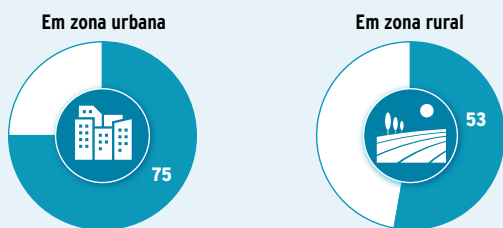
Uma mobilização coletiva em torno do Páramo Ñukanchik Urku

Nos Andes equatorianos, as comunidades do povo Kayambi atuam há várias décadas na preservação dos páramos, ecossistemas únicos específicos da região andina e fundamentais pelo seu papel no abastecimento de água. A criação do comitê de Páramo Ñukanchik Urku, no cantão de Cayambe, em 1995, fortaleceu a sua luta, em um contexto de crescente disputa pelo acesso à água por empresas privadas. Para proteger a comunidade contra os incêndios e as práticas ou os ingressos ilegais no território, os Urku Kamas (equivalentes a “guardas florestais”) voluntários efetuam rondas semanais de fiscalização. A mobilização do comitê também chamou a atenção e recebeu o apoio do meio acadêmico, com pesquisadoras da Universidades Internacional do Equador (UIDE) e San Francisco de Quito (USFQ) lançando um projeto de pesquisa-ação sobre o compartilhamento e a conservação dos recursos hídricos na região. Com isso, a causa da comunidade Kayambi se consolidou, em especial através de oficinas de treinamento de promoção e defesa das pautas.

Os páramos são ecossistemas frágeis, situados em altitudes que variam entre 3.000 e 4.500m, nas serras tropicais da América Central e do Sul. Hospedando uma profusa flora endêmica, desempenham um papel de regulação hídrica natural, cumprindo uma função socioeconômica basilar para os povos indígenas e os habitantes da região andina.

Medições da qualidade da água nos rios vizinhos também deram subsídios técnicos e políticos para que as comunidades argumentassem junto a representantes dos poderes públicos locais e nacionais, visando combater os lançamentos de poluentes efetuados por algumas empresas. Em um país cuja constituição já reconhece o papel das organizações de base na conservação dos recursos hídricos, o Comitê espera ver sua luta recompensada com a disponibilização de recursos e de instrumentos jurídicos mais consistentes para continuar protegendo o Páramo de Ñukanchik Urku.

% da população com acesso a um serviço de água potável no Equador



Fonte: Cepalc, 2020.

Principais áreas de páramos na América Latina



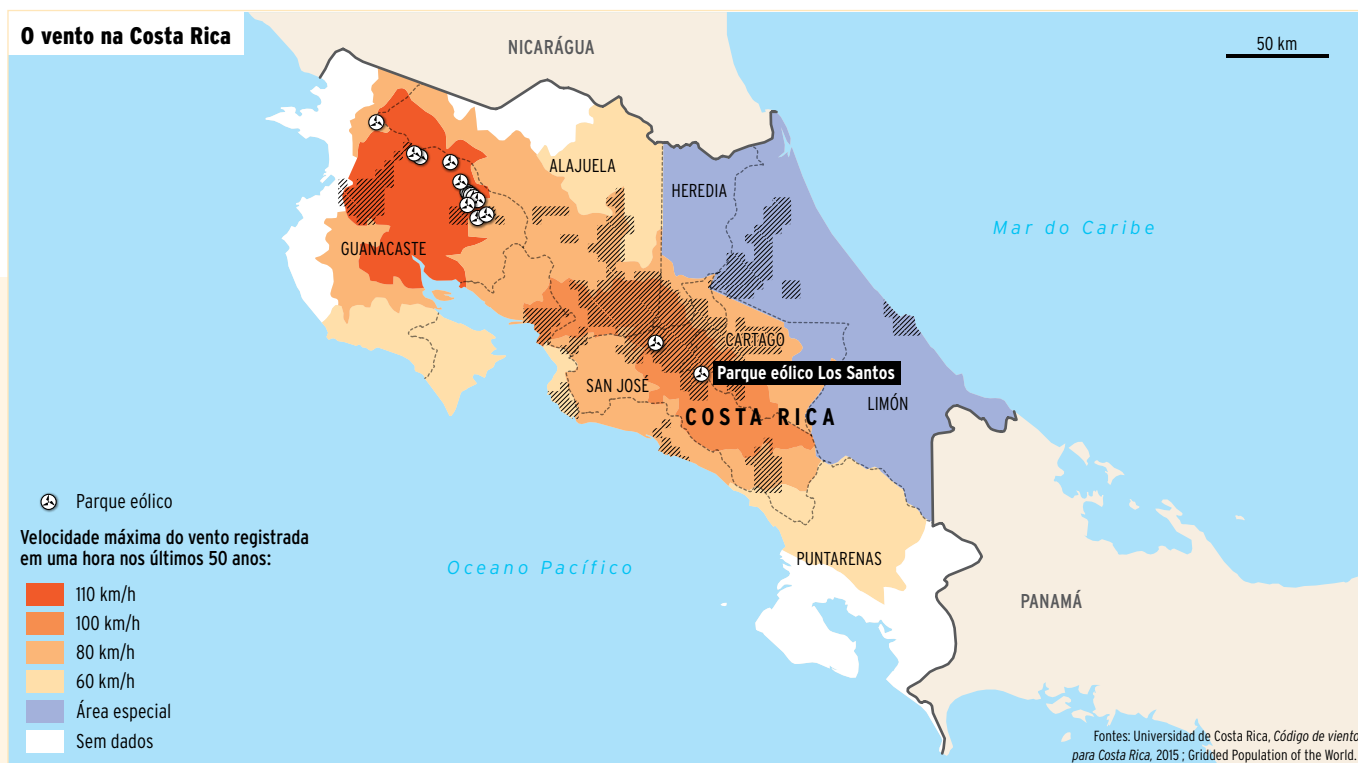


Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Desde o início dos anos 2000, a questão energética vem ocupando lugar de destaque na agenda do desenvolvimento na América Latina, levando muitos países a fortalecer suas estratégias nacionais de abastecimento e manejo das energias. Se a quase totalidade da população tem hoje acesso confiável à eletricidade, ainda restam desafios consideráveis para avançar na sustentabilidade e na eficácia dos modelos energéticos vigentes.

Financiar a transição energética

Na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a transição rumo a energias mais limpas e sustentáveis é um dos objetivos mais importantes determinados pelo ODS 7. Entretanto, a passagem para modelos de fornecimento baseados no uso de energias renováveis acarreta altíssimos custos, em especial com a construção de novas infraestruturas. Na região América Latina e Caribe, a cooperação internacional e as parcerias público-privadas viabilizaram soluções de financiamento para acompanhar os governos na implementação de estratégias energéticas mais sustentáveis. Ao longo das duas últimas décadas, vários países da região se destacaram pelas políticas proativas, a exemplo da Costa Rica, que adotou um ousado plano de descarbonização já em 2019.



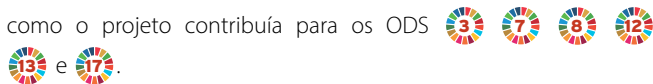
Costa Rica, líder regional nas energias renováveis

Às vezes chamada de “país da eletricidade renovável”, a Costa Rica vem desenvolvendo uma estratégia muito eficiente e diversificada na geração de energia. Em 2022, pelo oitavo ano consecutivo, gerou mais de 98% de energia renovável, uma proporção equivalente à da Noruega. Além das suas catorze hidrelétricas (responsáveis por 70% da energia consumida nacionalmente) e do aproveitamento dos vulcões ativos através de sistemas geotérmicos, o país está se empenhando no desenvolvimento de uma vertente eólica, com o apoio de parceiros privados globais.

Uma contribuição virtuosa do setor privado com os ODS

Lançado no início dos anos 2010, reaproveitando a estrutura de um antigo projeto de usina de geração não renovável, o Los Santos Wind Power Project consistia na construção de um parque eólico na região serrana de Los Santos, ao sul da capital San José.

Fruto de uma cooperação proveitosa entre uma entidade local, a cooperativa de eletrificação rural Los Santos Coopesantos, e a empresa alemã Carbonbay, que participou de numerosos projetos de desenvolvimento relacionados às energias renováveis mundo afora, a usina foi construída e entrou em operação sob o olhar atento dos moradores da região, reunidos em comitês de coordenação. Também foi dada uma atenção constante à forma como o projeto contribuía para os ODS



A usina eólica de Los Santos em números

Área **46 hectares**

Velocidade média do vento **10 m/s (36 km/h)**



Geração anual

20.000 MWh
7 grupos de turbinas eólicas
850 kW por turbina eólica
15 aerogeradores

O parque eólico fornece energia limpa para 50.000 costarriquenhos (11.000 famílias) na região

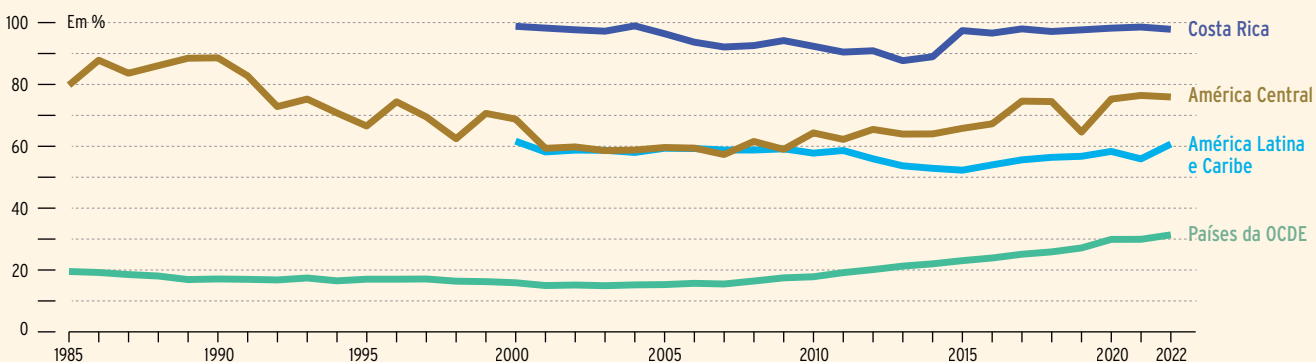


Redução das emissões de CO₂ do país: cerca de **15.000 toneladas**

Conhecida pela constância e a força do vento, a região de Los Santos também era uma área estratégica de implantação, por se tratar de um território rural deixado à margem do desenvolvimento do país e mal conectado às linhas de transmissão da energia. Desde o início, a construção do parque eólico tinha o potencial de trazer um duplo benefício às comunidades locais: melhorar o acesso à energia e gerar oportunidades de emprego. Ambos os objetivos foram alcançados. Em termos energéticos, a usina eólica está gerando 20.000 MWh anuais, abastecendo 50.000 pessoas com uma energia limpa e mais confiável. Em termos socioeconômicos, foram criados diretamente seis empregos técnicos qualificados, em expediente integral, bem como catorze empregos indiretos. O parque ainda é operado pela Coopesantos e contribui de forma sustentável para a geração de energia nacional.

Participação da energia de fontes renováveis

Hidrelétrica, fotovoltaica, eólica, biomassa, geotérmica e energia das ondas



Fonte: ourworldindata.org.

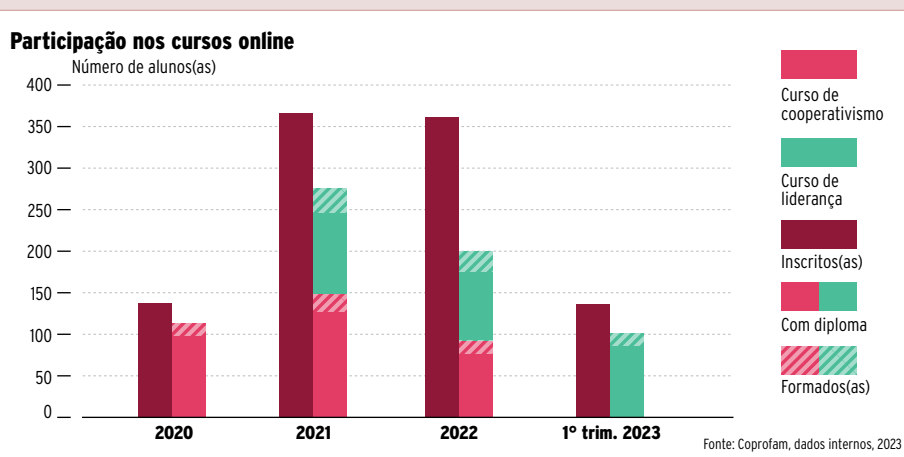


Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Considerada um setor de baixa produtividade econômica, a agropecuária representa uma fonte não desprezível de emprego na América Latina e no Caribe. Absorvendo cerca de 18% da mão de obra ativa total entre 2014 e 2021, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também é caracterizada pela forte presença de pequenos produtores e empresas familiares. Apoiá-los, ajudá-los a inovar, a aprimorar as competências e a produzir de maneira mais sustentável são desafios-chave promovidos pelo objetivo 8.

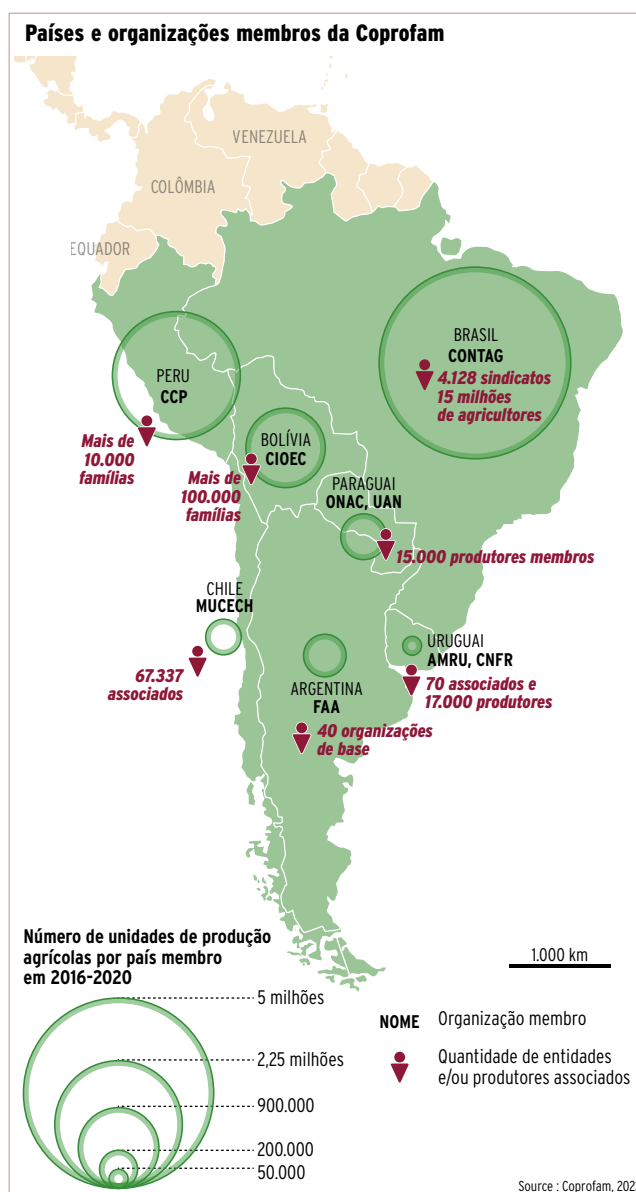
Iniciativas regionais voltadas para a construção de regulações econômicas comuns

No início dos anos 1990, a criação do Mercosul foi um marco decisivo no projeto de construção de normas comuns na América do Sul. Na esteira dessa decisão, a Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam) foi pensada para ser um instrumento de cooperação nas questões da agricultura familiar, camponesa e nativa. Foi se constituindo como rede de federações nacionais, cada uma vinculada a organizações e cooperativas locais, em contato direto com pequenos produtores locais. Não se limitou a trabalhar com os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e se abriu para Bolívia, Peru e Chile. Nos anos 2000, centrou suas atividades na promoção e defesa dos valores do cooperativismo e da agricultura familiar na região e no mundo.




Apoiar o cooperativismo e o incremento de competência dos agricultores

Baseada em sua experiência, a Coprofam foi desenvolvendo novas atividades e parcerias virtuosas com organizações de maior porte, em especial para financiar programas de capacitação de seus membros. Em 2019, com recursos aportados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e com o apoio técnico do Instituto Interamericano de Cooperação em Agricultura (IICA), criou uma plataforma digital de aprendizado cujo primeiro curso focava o cooperativismo e as técnicas de administração para cooperativas ou empreendedores. Longe de interromper o impulso, a crise sanitária só o reforçou, demonstrando todo o interesse de módulos online, acessíveis a partir de todos os países-membros – desde que houvesse uma conexão à internet. Repetidos por vários anos, os módulos fizeram muito sucesso entre os agricultores e líderes sociais dos movimentos camponeses. Com eles, muitos empreendedores(as) incrementaram suas competências em temas fundamentais para o crescimento ou a sustentabilidade da sua atividade, contribuindo assim para o cumprimento de metas do indicador 8.3, sobre o apoio às pequenas empresas. Ao longo do tempo, o formato didático também foi sendo aprimorado e enriquecido: a Coprofam sempre tratou de adequar seu cardápio de treinamentos às necessidades expressas pelos participantes, levantadas através de pesquisas de satisfação. Após a bem-sucedida introdução de um curso sobre liderança e técnicas de promoção e defesa das pautas, está prestes a lançar um módulo muito aguardado sobre o uso das redes sociais e dos novos meios de comunicação para fins comerciais. Preocupada em garantir às mulheres o acesso às suas capacitações desde os primórdios da iniciativa, também faz questão de respeitar a paridade na seleção dos alunos.



Na América latina, os **pequenos produtores** representam **45 a 80%** de todos os produtores de alimentos, enquanto são menos de 10% na Europa.

 (Fonte: Cepalc, 2019)

○ Carlos Mermot trabalha na Coprofam desde 2018. Coordena os projetos e parcerias internacionais. Falando sobre a elaboração dos cursos online, ele lembra: “No início, não deu muito certo”. Explica que a dimensão “auto-administrada” e a falta de vínculos com alunas e alunos geraram muitos fracassos e abandonos durante a primeira tentativa de digitalização dos cursos, em 2019. “A partir da segunda temporada, incorporamos tutores, um por país”. Essa decisão, bem como a criação de suportes mais interativos em formatos audiovisuais, foram fundamentais para promover um melhor acompanhamento dos participantes e ajudá-los a conseguir seu diploma.



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

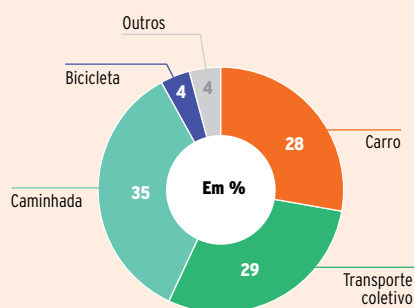
As cidades latino-americanas, prejudicadas por longo tempo pela deficiência de suas malhas viárias, implantaram sistemas de transporte coletivo mais eficientes a partir dos anos 2000. Seguindo o exemplo de Curitiba (Brasil) e Bogotá (Colômbia), várias cidades instalaram corredores exclusivos de ônibus rápidos (BRT). Já outras optaram por sistemas multimodais, como Medellín (Colômbia), ligados aos bairros populares da periferia por teleféricos. Mas a implantação dessas infraestruturas não foi suficiente para o automóvel particular perder a liderança como meio de transporte preferencial das classes média e alta, dificultando a transição rumo a modais mais sustentáveis.

O desafio da mobilidade urbana sustentável na América Latina e o caso de Santiago do Chile

Na América Latina e no Caribe, a questão da mobilidade urbana continua sendo um desafio para autoridades locais e nacionais. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), três cidades da região (Bogotá, São Paulo e a Cidade do México) estavam entre as cinco primeiras do ranking das cidades mais congestionadas do mundo em 2019. Embora não alcançasse o nível de engarrafamento e poluição das suas congêneres, Santiago também enfrentou problemas de mobilidade, evidenciados pelas revoltas urbanas de 2019. Se é hoje a capital da América Latina cujos moradores menos utilizam o carro particular para se deslocarem, isso se deve a um

trabalho continuado ao longo das duas últimas décadas. Já no ano 2000, a Prefeitura adotou um Plano de Transportes Urbanos (PTUS 2000), com doze programas de modernização do transporte público. Um deles foi a construção da Transantiago, uma rede de transporte público multimodal e integrada, que conta com o metrô, os ônibus e os trens. Inaugurada em 2007, teve um começo difícil, mas as conquistas foram rápidas. Uma etapa decisiva e mais recente da sua consolidação foi a eletrificação dos ônibus. Hoje, 31% dos ônibus circulando na cidade são elétricos, sendo que a meta das autoridades é atingir 100% até 2030. Com 200 ônibus elétricos, Santiago já possui a maior frota da América Latina e do Caribe.

Participação modal dos transportes cotidianos em Santiago



Fonte: Rivas et alii, 2019.

Uma revolução ciclista no Chile?

No Chile, o sucesso da bicicleta e o crescimento do seu uso como modo de transporte cotidiano também incrementaram o debate público, abrindo espaço para novas propostas e pautas de mobilização. Na esteira dos protestos de outubro de 2019 contra as desigualdades, grupos de ciclistas ingressaram na luta social, criando um movimento de “revolução ciclista plurinacional”. Suas reivindicações em matéria de redução das emissões de CO₂, de valorização dos modais ativos e, principalmente, de segurança no trânsito urbano alimentam as reflexões da cena política chilena.

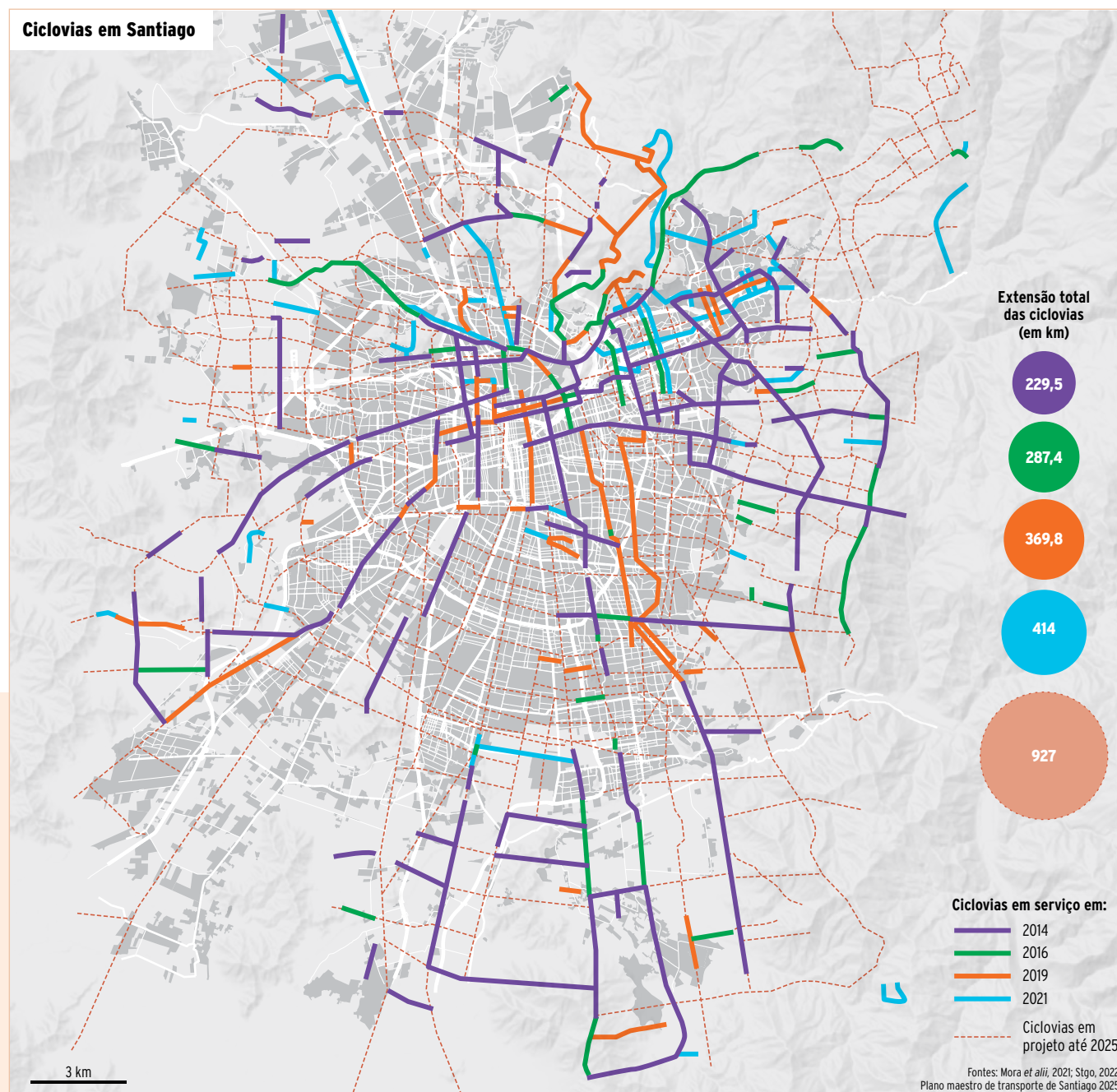
Bicicletas para os moradores de Santiago

O último feito da capital chilena na área da mobilidade inclusiva e sustentável foi o incentivo ao uso da bicicleta, através da reconfiguração dos espaços públicos e da construção de vias dedicadas. Entre 2014 e 2019, a extensão das ciclovias passou de 229 para 369km na região metropolitana de Santiago (AMS) gerando um considerável aumento dos deslocamentos cotidianos em bicicletas: de 4% do total das viagens diárias em 2015 para 7% em 2020.

Além dessas realizações públicas, a bicicleta se popularizou com a implantação de uma rede de 250 estações de bicicletas compartilhadas em diversos municípios da AMS. Chamado de Bike Santiago,

esse sistema entrou em operação mediante parceria público-privado com a operadora brasileira Tembici, vinculada ao banco Itaú e já presente em outras cidades do subcontinente.

Agora, os usuários de Santiago podem contar com 3.500 bicicletas elétricas, reconhecíveis pela sua cor laranja e rastreáveis por um aplicativo móvel. Em 2023, o custo de uma viagem única (€ 1,00 para a primeira hora) continua levemente acima da passagem do Transantiago, mas a assinatura mensal (em torno de € 6,00) proporciona uma alternativa de mobilidade muito vantajosa para quem pode pedalar. Em Santiago, como em outras cidades do subcontinente, os ciclistas se mobilizam para incentivar as autoridades a ir mais longe na priorização dos modais ativos.



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir as desigualdades em cada país e entre eles

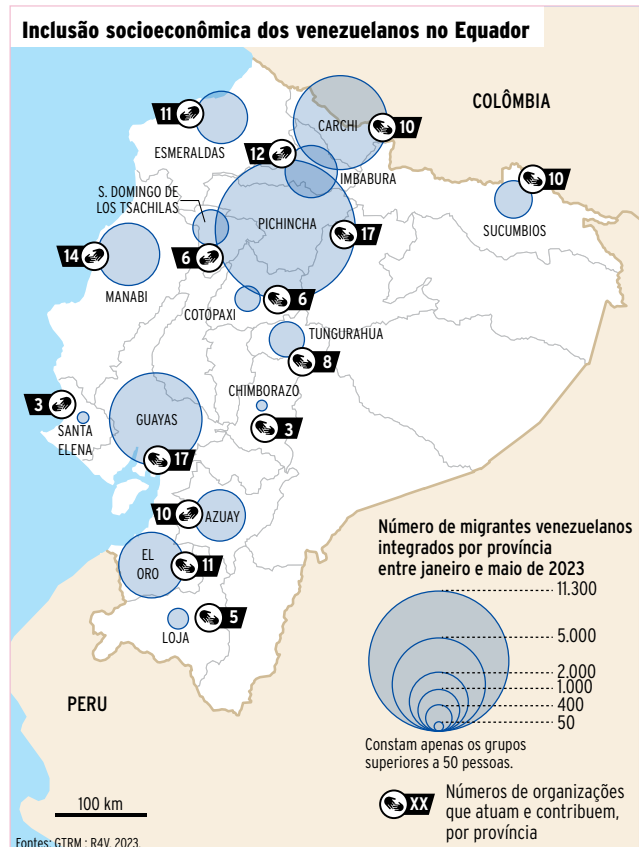
As desigualdades representam um problema capital para o mundo como um todo. Principal obstáculo para um desenvolvimento sustentável, elas são acirradas pelos fluxos migratórios massivos provocados por conflitos políticos ou desastres ambientais.

Desigualdades e migrações: os desafios da crise venezuelana

Na Venezuela, a repressão política e a degradação da situação econômica deflagraram um movimento migratório massivo, afetando profundamente a América Latina e o Caribe. Em uma região onde o nível de desigualdade socioeconômica já superava em 30% a média mundial, a chegada de cerca de 6,8 milhões de refugiados venezuelanos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, representou um enorme desafio. Nos países que receberam essa onda de migrantes, ela foi, às vezes, percebida como uma ameaça, de modo que muitos venezuelanos enfrentaram exclusão e rejeição.

Uma resposta coordenada em escala regional

Diante da magnitude do fenômeno e seus desdobramentos, em termos de potencialização das desigualdades, governos e entidades humanitárias da região procuraram ajudar essas populações. Em 2018, foi criada uma plataforma regional de coordenação inter-organizações para os refugiados e migrantes da Venezuela (R4V), a fim de facilitar a articulação de seus esforços. Sob a égide da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto-Comissariado das Nações Unidas



Em 2021,
15.000 venezuelanos

havam se refugiado
em Cuenca, na província
de Azuay.

25% moravam na rua.

(Fonte: Fundação Haciendo Panas, 2021)

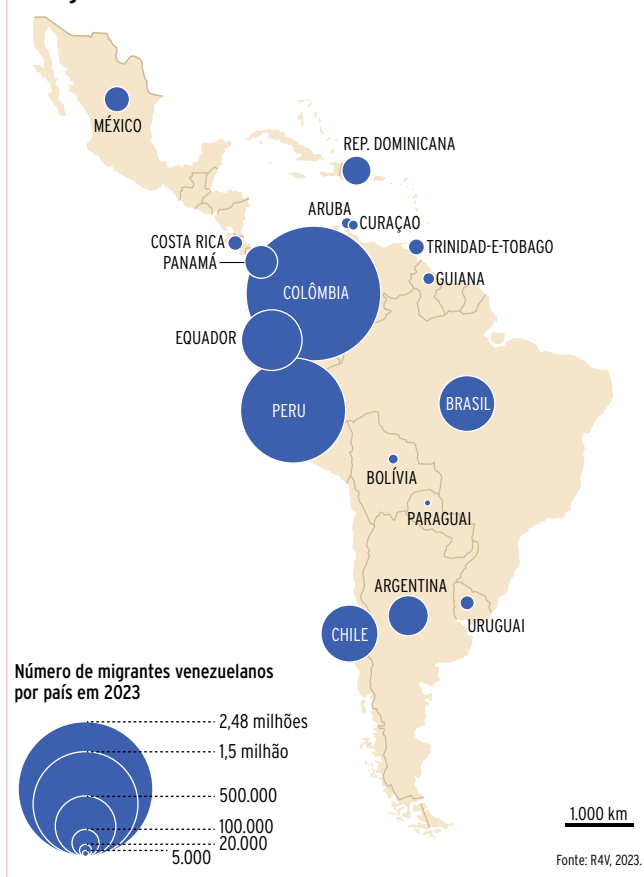


para os Refugiados (ACNUR), ela conseguiu agregar as contribuições de um amplo leque de entidades governamentais e não-governamentais, no mundo e em 17 países da América Latina e do Caribe. Em poucos meses, a R4V logrou organizar um plano regional de atendimento aos refugiados e migrantes. Este levou ao estabelecimento de três eixos prioritários de atuação: a construção de uma resposta humanitária coordenada às necessidades dos refugiados e migrantes venezuelanos, a promoção da sua integração socioeconômica nas comunidades onde são recebidos e o fortalecimento da proteção dos seus direitos fundamentais. Para acompanhar a implementação de políticas e medidas concretas, a R4V foi desdobrada em plataformas nacionais dedicadas nos principais países de asilo (Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru), além de entidades de coordenação multipaíses no Caribe, na América Central, no México e no Cone Sul.

O Equador, um ator-chave da R4V

Ao acolher 11.417 venezuelanos entre janeiro e março de 2023, o Equador se destacou como modelo na execução do plano regional de atendimento aos refugiados e migrantes. A criação de um Grupo de Trabalho para a Inclusão Social e Econômica (GISE) foi uma das medidas de destaque adotadas para facilitar a recepção dos cidadãos venezuelanos. Assim, o país conseguiu gerenciar com eficácia os fluxos migratórios, distribuindo os recém-chegados em diferentes províncias e descentralizando o seu acompanhamento. Em todo o país, o processo de integração ocorreu através de medidas visando a inclusão econômica dos migrantes e o seu acesso a oportunidades de emprego. O GISE também instalou redes de apoio e espaços de participação para as populações refugiadas, incentivando o diálogo pacificado e intenso com as comunidades locais. Essas iniciativas tiveram um impacto decisivo na coesão social e na inclusão dos

Os migrantes venezuelanos na América Latina e no Caribe



venezuelanos nas sociedades onde foram recebidos. Uma das chaves para o sucesso do modelo equatoriano foi a mobilização, em torno do GISE, de uma constelação de entidades civis, governamentais e internacionais, que contribuíram ativamente para o trabalho de inclusão. A colaboração de 26 parceiros, entre os quais ONGs locais como a Fundação Hacienda Panas, propiciou ações diversificadas e articuladas no país inteiro e nas diferentes esferas de governança.

🕒 A Fundação Hacienda Panas

É um dos parceiros-chaves do GISE. Foi criada em 2018 para proporcionar aos migrantes venezuelanos espaços de sociabilidade. Sediada em Cuenca, procura ajudar os refugiados em situação irregular instalados na região. Já conseguiu capacitar muitos deles para ingressar no mercado de trabalho. Também trabalhou sobre o diálogo intercultural, garantia de convivência pacificada entre comunidades.

“ A América Latina não é o continente mais pobre, mas talvez o mais injusto.

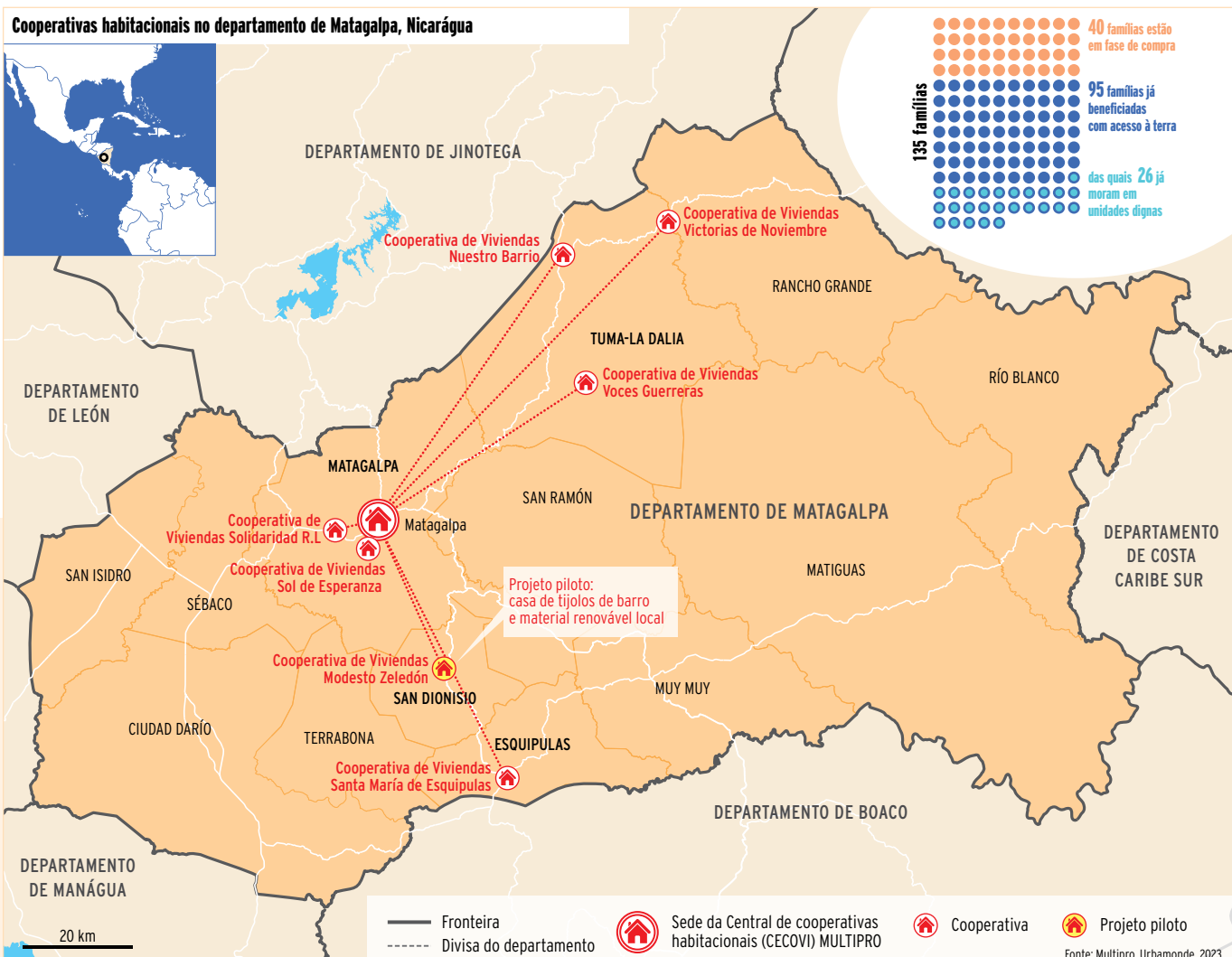
RICARDO LAGOS, EX-PRESIDENTE DO CHILE, DURANTE A CÚPULA DAS AMÉRICAS, EM 2004.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Desde a década de 1970 e a primeira conferência Habitat sobre assentamentos humanos, o interesse da comunidade internacional pelos desafios urbanos nunca deixou de crescer. As cidades são espaços estratégicos para o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas. Hoje, mais da metade da humanidade está concentrada nas cidades e as previsões estimam em cerca de 70% a taxa global de urbanização até 2050.



A moradia colaborativa: uma prática há muito tempo enraizada na América Latina

Na América Latina e no Caribe, já foi superada a marca de 80% de moradores urbanos e muitas cidades enfrentam graves problemas de moradia precária ou de déficit habitacional. Historicamente, no entanto, a região foi um terreno fértil para o desenvolvimento de soluções inovadoras nas questões urbanas e habitacionais, com uma longa tradição de construção em mutirões.


No Uruguai, o trabalho pioneiro implementado na década de 1960 pelas primeiras cooperativas habitacionais trouxe à moradia coletiva suas credenciais, emergindo como uma solução convincente. Na contramão das iniciativas de produção massiva e padronizada de unidades, bastante praticadas em alguns países latino-americanos e geralmente pouco comprometidas com as reais necessidades das populações-alvos, este modelo oferecia às famílias vulneráveis a possibilidade de assumir o controle da sua experiência habitacional, construindo unidades dignas e adequadas aos seus modos de vida. Reunidos sob uma entidade guarda-chuva, a Federação Uruguia de Cooperativas Habitacionais em Mutirão (FUCVAM), os movimentos sociais afins e seus parceiros estrangeiros trataram de divulgar suas ideias e seu know-how que, aos poucos, foram ganhando outros países da região e do mundo.

A experiência das cooperativas habitacionais da Nicarágua

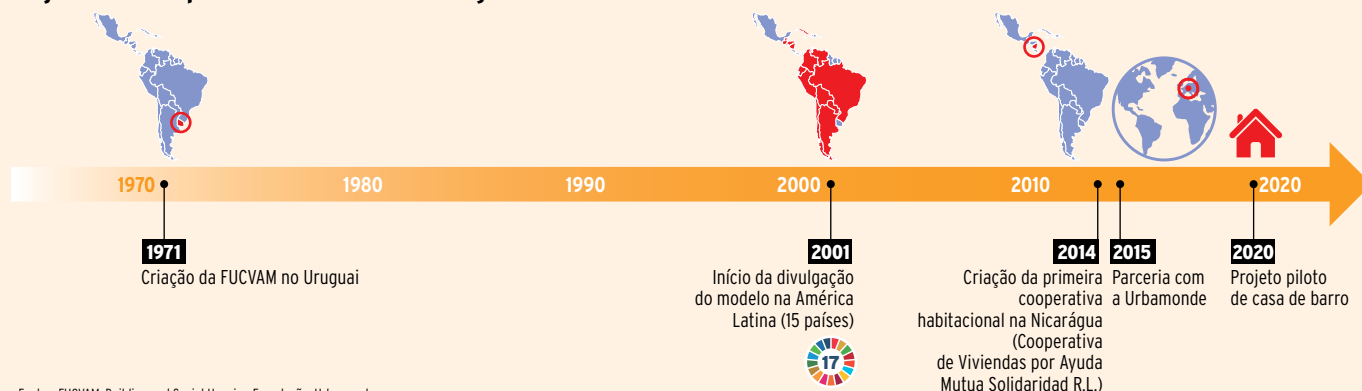
Na Nicarágua, em um dos departamentos mais populosos e urbanizados, o Matagalpa, movimentos civis e associativos de meados dos anos 2010 criaram as primeiras cooperativas habitacionais. Acompanhadas pela FUCVAM, assumiram a missão de proporcionar soluções de moradia digna a famílias de baixa renda. Desde 2014,

○ Mutirão e produção de unidades

Na América Latina, as modalidades de construção de moradia através dos mutirões remontam a uma tradição antiga de ajuda mútua nas comunidades indígenas. Em muitos países, ainda trazem nomes oriundos das línguas quéchua e tupi-guarani: minga, em espanhol, e mutirão em português. Aliás, no Brasil, vários programas habitacionais governamentais têm esse nome.

receberam o apoio da Urbamonde, uma ONG franco-suíça especializada na moradia cooperativa, que as ajudou a se estruturarem. Os recursos da cooperação internacional dirigidos a essa entidade também foram muito valiosos para o processo. Serviram para remunerar os serviços da cooperativa de profissionais Multipro, que se tornou um parceiro local determinante na execução dos projetos. Com a experiência do mutirão e do apoio às pequenas empresas, esteve presente ao lado das cooperativas desde a fase de capacitação dos grupos solidários de moradores. Também os acompanhou na sua iniciação às estratégias de poupança (individual e coletiva) para financiar a compra dos lotes e do material de construção, e no aprendizado e treinamento para técnicas construtivas. Preocupada com o seu impacto sobre as desigualdades de gênero e a inclusão das mulheres, cuidou de garantir a elas um papel central nos grupos de poupadores e na condução dos projetos de construção.  Incentivadas pelo sucesso das experiências desenvolvidas até agora, a Multipro, a Urbamonde e as cooperativas de Matagalpa continuam trabalhando juntas pela promoção de soluções de moradia dignas e sustentáveis.

Trajatória das cooperativas habitacionais nicaraguenses



Fontes: FUCVAM, Building and Social Housing Fundação, Urbamonde.

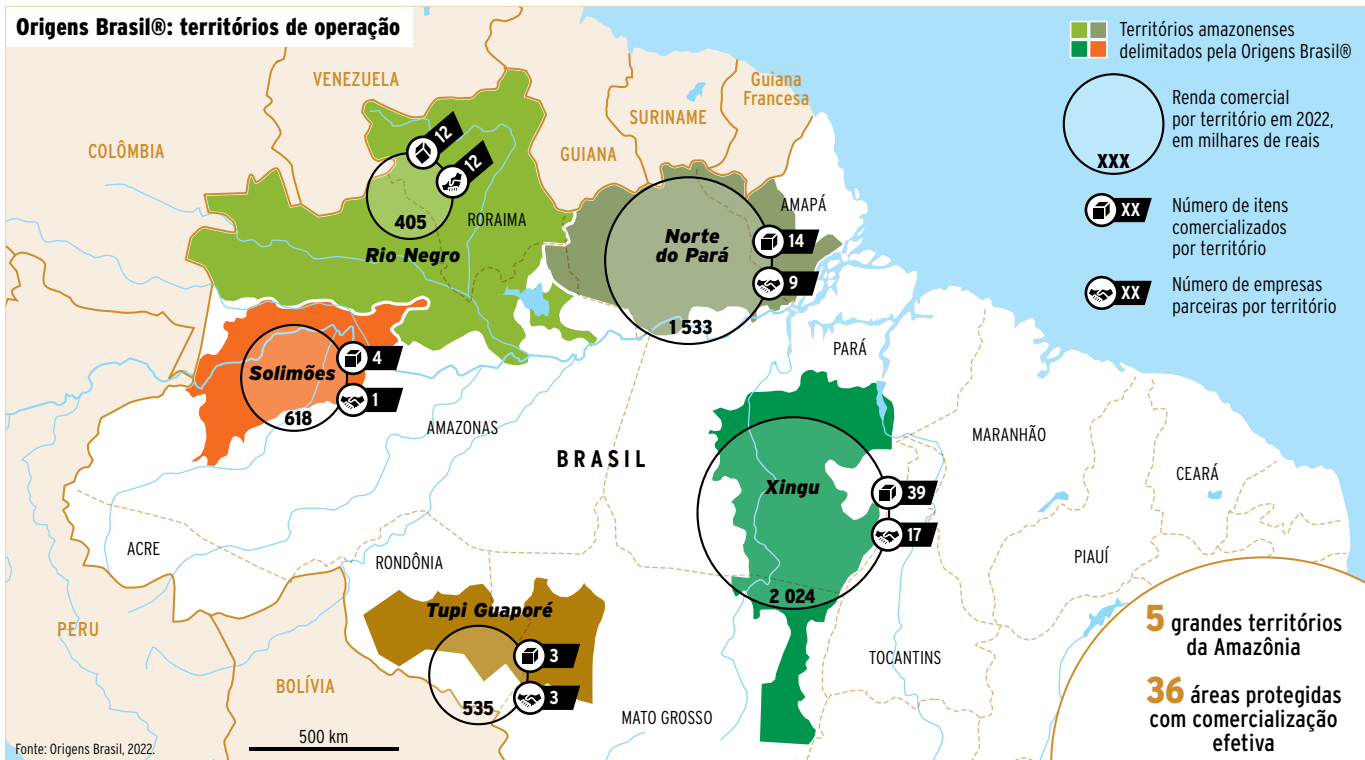
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Frente às mudanças climáticas e à necessidade de adotar, em escala global, comportamentos mais responsáveis do ponto de vista ecológico, construir modos de consumo e produção mais sustentáveis é um desafio fundamental. O ODS 12 enfatiza a importância do compromisso coletivo dos governos, do setor privado e da sociedade civil.

Origens Brasil®: territórios de operação



🕒 O Fundo Amazônia

Foi criado em 2008 pelo governo brasileiro para captar recursos internacionais destinados a financiar atividades de prevenção e combate ao desmatamento na região amazônica. Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seus principais doadores são os governos da Noruega e da Alemanha, além da Petrobras. Apesar de paralisado pela suspensão de suas instâncias de governança em junho de 2019, pôde manter determinadas atividades. Foi reativado em 2023 com a volta ao poder do presidente Lula.



3.328 produtores e produtoras registrados(as) na rede



35 empresas afiliadas comercializando os produtos

Modos de consumo e de produção que pressionam a biosfera

Comparada com outras partes do globo, como a Europa ou o Sudeste asiático, a região América Latina e Caribe é caracterizada por uma pegada ecológica relativamente baixa. Entretanto, algumas nações mais populosas estão individualmente no topo do ranking dos países onde o consumo humano mais pressiona a biosfera. De acordo com os dados do Global Footprint Network, o Brasil estava em sexto lugar em 2018, pouco atrás da China, dos Estados Unidos e da Índia. Mas, ao contrário desses últimos, compensava a sua pegada “bruta” com disponibilidade de terras produtivas e de recursos naturais capazes de absorver parte de suas emissões de carbono. Essa relevante “biocapacidade”, que o diferenciava de outros países da região – em especial, o México – ou do mundo, foi posta em xeque ao longo dos últimos anos, em especial por conta do impacto das degradações que atingiram a Floresta Amazônica. Apesar das dificuldades dos cientistas em avaliar os efeitos dessas mudanças, a criação de mecanismos de preservação dos recursos naturais se apresenta como um desafio complementar da construção de modos de produção e consumo mais sustentáveis.

Conjugar produção sustentável e conservação na região amazônica

Criado em 2016 e apoiado parcialmente pelo Fundo Amazônia, um instrumento brasileiro de financiamento de iniciativas virtuosas na Bacia Amazônica, o selo Origens Brasil® logrou combinar as duas abordagens. Ao montar uma rede de pequenos produtores locais e de empresas e organizações comunitárias representantes de povos indígenas, vem trabalhando para a comercialização de produtos de origem natural e ética, facilmente identificáveis e

rastreáveis pelo consumidor. Aliás, o site na internet da entidade estampa com orgulho as histórias por trás de cada produto, valorizando os processos extrativos ou fabris e seus protagonistas. O QR code colocado em cada item dá acesso a esses conteúdos a partir do local de distribuição.

Além de promover práticas sustentáveis de produção e consumo, o selo também apostou na aliança entre produção e conservação, concentrando seus esforços em comunidades e territórios-chave para a preservação da biodiversidade. Essencialmente alicerçado em empreendedores, conhecimentos e matérias-primas da Bacia Amazônica, ganhou espaço como gerador de valor a serviço das economias locais e do fortalecimento das capacidades dos defensores e moradores tradicionais da floresta. As parcerias equitativas firmadas com empresas nacionais diversas e emblemáticas – uma famosa marca de chinelos ou cadeias de supermercados – alavancaram o crescimento e a estabilização da renda desses empreendedores-defensores, mantendo um impacto ambiental positivo. Vencedora em 2019 do Prêmio Internacional de Inovação para a Alimentação e a Agricultura Sustentável, da ONU, a Origens Brasil® nunca deixou, desde a sua criação, de ampliar o seu leque de produtos e parcerias – a despeito da paralisação do Fundo Amazônia durante o governo Bolsonaro.



58 milhões de hectares de floresta conservados pelos povos indígenas e as comunidades tradicionais





Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

As mudanças climáticas estão afetando de forma desigual as diferentes regiões do mundo. Embora não estejam entre os principais emissores de gases de efeito estufa (GEEs), os pequenos países insulares do Caribe estão na linha de frente dos eventos meteorológicos extremos (furacões, secas, chuvas torrenciais) e do aumento do nível das águas. Até 2100, um país como Cuba, responsável por 0,08% das emissões de GEEs globais, pode perder 10% do seu território por causa da elevação do nível das águas. A resiliência climática se impõe hoje como prioridade e urgência para a região.



* Melhoria da resiliência climática das famílias e comunidades rurais por meio da recuperação das paisagens de produção em determinadas localidades da República de Cuba (IRES)

Perturbações ecológicas em Cuba

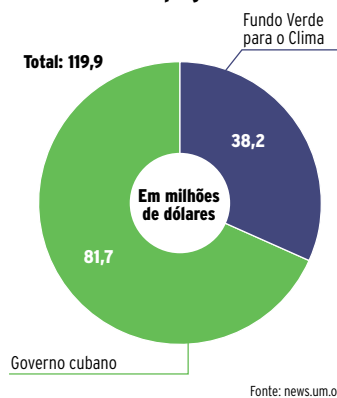
Em Cuba, a elevação do nível dos oceanos não é a única ameaça a pairar sobre as comunidades humanas e os ecossistemas. Historicamente, a adoção de um modelo econômico agroexportador, baseado principalmente na indústria açucareira, teve um impacto devastador sobre o meio ambiente. Consequência direta das atividades agrícolas, o solo cubano tornou-se altamente ácido e a busca por novas áreas de cultivo incentivou as práticas de desmatamento. Em 1959, ano da revolução, a floresta já cobria apenas 14 % da ilha - eram 41 % no início do século 20. E, embora a partir desta data o governo cubano tenha procurado reflorestar o seu território, aquelas transformações ecológicas fragilizaram e perturbaram os ecossistemas. Em toda a ilha, os cientistas observaram uma forte diminuição da diversidade das espécies locais em proveito de espécies invasivas como o marabu.

Originária da África do Sul, essa planta se espalhou com força em Cuba, invadindo tanto terras agrícolas abandonadas quanto reservas naturais protegidas. Ocupa hoje cerca de 1,7 milhão de hectares, ou seja, mais de 10% da área total do país (10,99 milhões de hectares). Rivalizando com as espécies indígenas e cultivadas, também é um obstáculo para a agricultura, dificultando a colheita de determinadas frutas e o manejo florestal.

Incentivar práticas agrícolas sustentáveis para recuperar os ecossistemas



Em 2017, o governo cubano anunciou o lançamento de Tarea Vida (Objetivo Vida), uma política ecológica de planejamento para cem anos, visando fortalecer a capacidade dos players cubanos de superar o impacto das mudanças climáticas e das transformações dos ecossistemas. Em apoio a esse compromisso, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Verde para o Clima,

Financiamento do projeto



das Nações Unidas, decidiram contribuir para a sua execução, financiando um projeto de grande porte, voltado em grande parte para o combate à expansão do marabu. Chamado de Fortalecimento da resiliência climática das famílias e das comunidades rurais por meio da recuperação das paisagens de produção em determinadas localidades da República de Cuba (IRES), o plano aposta na educação e na sensibilização do povo para alavancar a mudança.

Suas atividades de capacitação são dirigidas tanto aos servidores do Ministério da Agricultura, que está envolvido na implementação do projeto, quanto aos agricultores dos 35.000 hectares de terras contemplados. No seu trabalho de conscientização e de capacitação voltado para os pequenos produtores das comunidades rurais, os líderes da iniciativa priorizaram a introdução de técnicas silvipastoris, isto é, pautadas na recriação de equilíbrios entre as atividades agrícolas e os ecossistemas florestais.

Mais à frente, o IRES pretende fortalecer significativamente a resiliência agrícola em Cuba e recuperar 15.544 hectares de terras atualmente invadidas pelo marabu. O programa se destaca pela ênfase na abordagem de gênero  e na geração de oportunidades profissionais para populações rurais de baixa renda .

Objetivos do projeto



Arrancamento de marabus

Meta 2022 **100 hectares**
Realizado **184 hectares**

Meta 2023 (etapa intermediária) **600 hectares**

Meta final (2027) **Recuperar 15.544 hectares de terras cobertas de marabu**



Número de agricultores capacitados

2022 **300**

Meta 2023 (etapa intermediária) **9.882 sendo 4.615 mulheres**

Meta final (2027) **15.549 sendo 7.774 mulheres**

Fontes: FAO-IRES, 2023.



O **marabu** é um arbusto lamoso coberto de espinhos que pode alcançar dez metros de altura.



Conservar e explorar de maneira sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos visando o desenvolvimento sustentável

Os ecossistemas marinhos desempenham um papel fundamental no equilíbrio climático do planeta: verdadeiras “bombas de carbono”, absorvem anualmente entre 25 e 30% das emissões de CO₂ na Terra, limitando consideravelmente os lançamentos na atmosfera e a geração de calor.

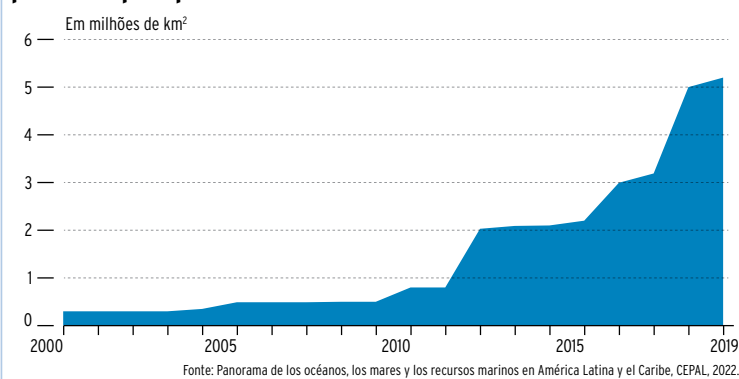
Tornar santuários as áreas marinhas e costeiras sensíveis

A demarcação de Unidades de Conservação marinhas é uma das respostas mais eficientes à disposição dos Estados na luta pela preservação dos oceanos e da rica diversidade que abrigam. Em 2010, a Convenção sobre a Biodiversidade (CBD) de Aichi contribuiu para chamar a atenção internacional sobre o tema, ao estabelecer uma meta de preservação de 10% para os ambientes marinhos e costeiros até 2020, em escala planetária.

Na América Latina e no Caribe, este objetivo foi amplamente alcançado: entre 2010 e 2019, a área protegida passou de menos de um milhão para mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, com uma cobertura total beirando os 24,44% do total das áreas marinhas. Essa progressão, que coloca a região em posição de destaque no planeta, também reflete os relevantes esforços dos governos nacionais. Às vezes auxiliados por ONGs ou redes internacionais, tais como



Avanços em matéria de proteção de áreas marinhas e costeiras promovidos pelos países da América Latina e do Caribe

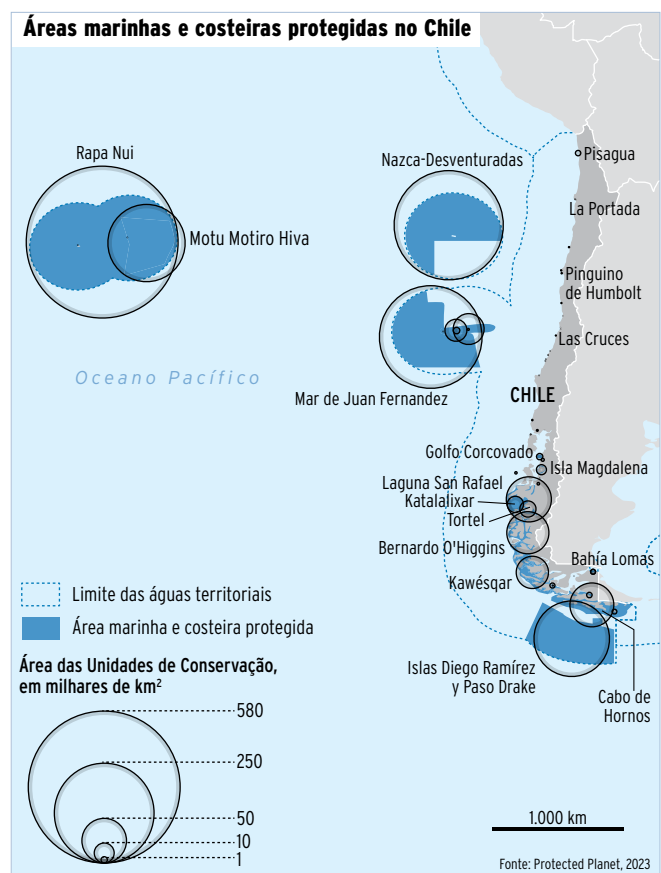


73.500 hectares: a área contemplada pelo regime de proteção da Baía de Pisagua.

o Fundo Nacional pela Natureza (WWF), Oceana ou ainda a União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), alguns países aprimoraram sua legislação visando a demarcação de novas Unidades de Conservação em suas zonas marítimas, ao criar mecanismos efetivos de controle e fiscalização dos novos espaços protegidos.

O Chile, um país proativo em matéria de proteção marinha

Neste quesito, Costa Rica, México, Brasil e Chile estão entre os melhores alunos. O Chile está se destacando claramente com 41,53% de zonas marinhas e costeiras protegidas, de acordo com os dados da ONG Protected Planet (2020). A boa saúde e a produtividade dos oceanos constituem desafios fundamentais para os chilenos, um povo que está entre os maiores pescadores do planeta. E no Chile, como em muitos países da região, a atividade pesqueira constitui um recurso crucial para a economia e a segurança alimentar das populações carentes que vivem na costa. Em janeiro de 2023, o governo chileno aprovou a criação de uma nova unidade de conservação na Baía de Pisagua, ao norte do país. Essa decisão se deu na esteira da mobilização de pesquisadores da Universidade Arturo Prat e de especialistas da ONG Oceana, cujos trabalhos e expedições na região de Pisagua, realizadas antes que fosse declarada área protegida, revelaram a riqueza local em matéria de biodiversidade marinha. De acordo com esses especialistas, a baía desempenha um papel essencial no ecossistema do Pacífico Sul por ser um local com alta concentração de micro-organismos e de reprodução de espécies (peixes, pássaros e mamíferos). Os resultados dessas pesquisas também evidenciaram a gestão responsável dos recursos naturais locais pelos pescadores de Pisagua, no que tange à quantidade e à variedade de peixes.

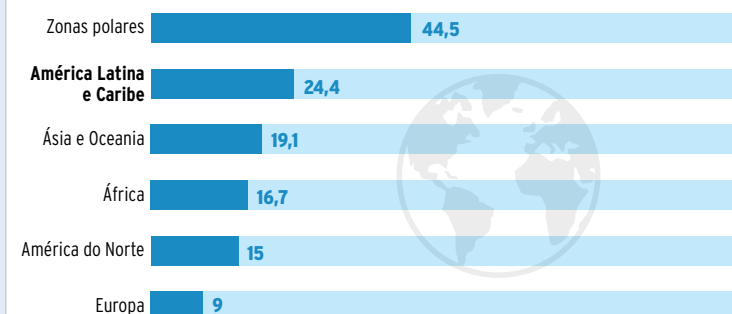


Visando homenagear esses comportamentos virtuosos e exemplares e permitir que as comunidades locais prossigam com suas atividades, o governo chileno decidiu incorporar as práticas locais de pesca artesanal ao regime de proteção da Baía. O status de Área Marinha Costeira Protegida de Usos Múltiplos propiciou a implantação de uma forma de proteção atenta tanto à biodiversidade quanto às economias locais. Esta inovação em matéria de definição de unidades de conservação marinhas poderia servir como modelo para outras experimentações do mesmo tipo, no Chile e além das suas fronteiras.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica é um mecanismo internacional que nasceu durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. Em 2010, durante uma reunião em Aichi, no Japão, seu órgão diretor, a Conferência das Partes, adotou um plano estratégico que elenca uma série de objetivos (os "objetivos de Aichi"). O indicador 14.5, sobre a proteção das áreas marinhas aqui abordado, remete ao objetivo 1

A proteção das áreas marinhas no mundo

Percentual de áreas marinhas protegidas com relação ao total das áreas marinhas





A preservação das florestas é um dos maiores desafios da implementação do ODS 15 na América Latina e no Caribe, dada a alarmante redução da área que ocupa em todo o subcontinente.


Proteger e recuperar os ecossistemas terrestres, promover seu uso sustentável, manejar as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

A praga do desmatamento na América Latina e no Caribe

Avaliadas pela Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2,6 milhões de hectares anuais, as perdas florestais resultam, em grande parte, de práticas humanas e, em especial, daquelas relacionadas com a pecuária intensiva. De acordo com as pesquisas desenvolvidas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), o setor agrícola seria responsável por pelo menos 84% do desmatamento verificado na Amazônia desde 1985. Ativa na vigilância e no combate às práticas de desmatamento, a COICA também está na linha de frente da defesa das comunidades indígenas locais, atingidas em cheio pela degradação dos ecossistemas que se constituem no seu habitat. A cobiça que suas terras despertam, agravada pela pouca proteção dispensada pelos governos, as expõem a múltiplas violações dos seus direitos.

Valorizar o trabalho de conservação realizado pelas comunidades indígenas amazonenses







A presença dessas comunidades é, no entanto, um elemento-chave para a proteção dos recursos naturais locais, já que não apenas exercem um papel de fiscalização, como estabeleceram modos de

produção e consumo que lhes permitem viver em harmonia com a natureza ao seu redor. 

Na Bolívia, um dos países latino-americanos mais prejudicados pelo desmatamento, as autoridades locais da região do Alto Beni entenderam a importância do papel dessas populações e a necessidade de incluí-las na proteção e no manejo dos ecossistemas florestais. Negociações levadas a cabo ao longo de 2022, sob os auspícios da ONG Conservação Internacional, culminaram na promulgação de um decreto municipal ratificando a criação de uma unidade de conservação com cerca de 40.000 hectares nessa região amazônica, de alto valor ecológico.

Ainda aguardando certificações nacionais e internacionais, o decreto estabelece uma distinção entre dois tipos de unidades: “parques naturais” e “áreas naturais de manejo integrado”. Enquanto os primeiros propõem um modelo bastante clássico de proteção permanente, as segundas são pautadas pela premissa mais inovadora de gestão comunitária das áreas protegidas. Presente na Constituição boliviana, esse mecanismo oferece a vantagem de valorizar a participação ativa dos povos indígenas na conservação dos recursos naturais, desenvolvendo em paralelo atividades econômicas e produtivas sustentáveis. O acordo logrado no Alto Beni pretende, por exemplo, incentivar os sistemas agroflorestais, em especial a prática responsável da apicultura e da piscicultura.

Tentativas internacionais de proteção das áreas florestais na América Latina e Caribe

-  Cobertura florestal
-  Áreas atingidas pelo desmatamento entre 2000 e 2020
-  Reforestamento entre 2000 e 2012
-  Limite da Amazônia
-  Área natural no patrimônio mundial da Unesco
-  Sendo área florestal
- Parq. Nac.: Parque Nacional



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Promover o advento de sociedades pacificadas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável

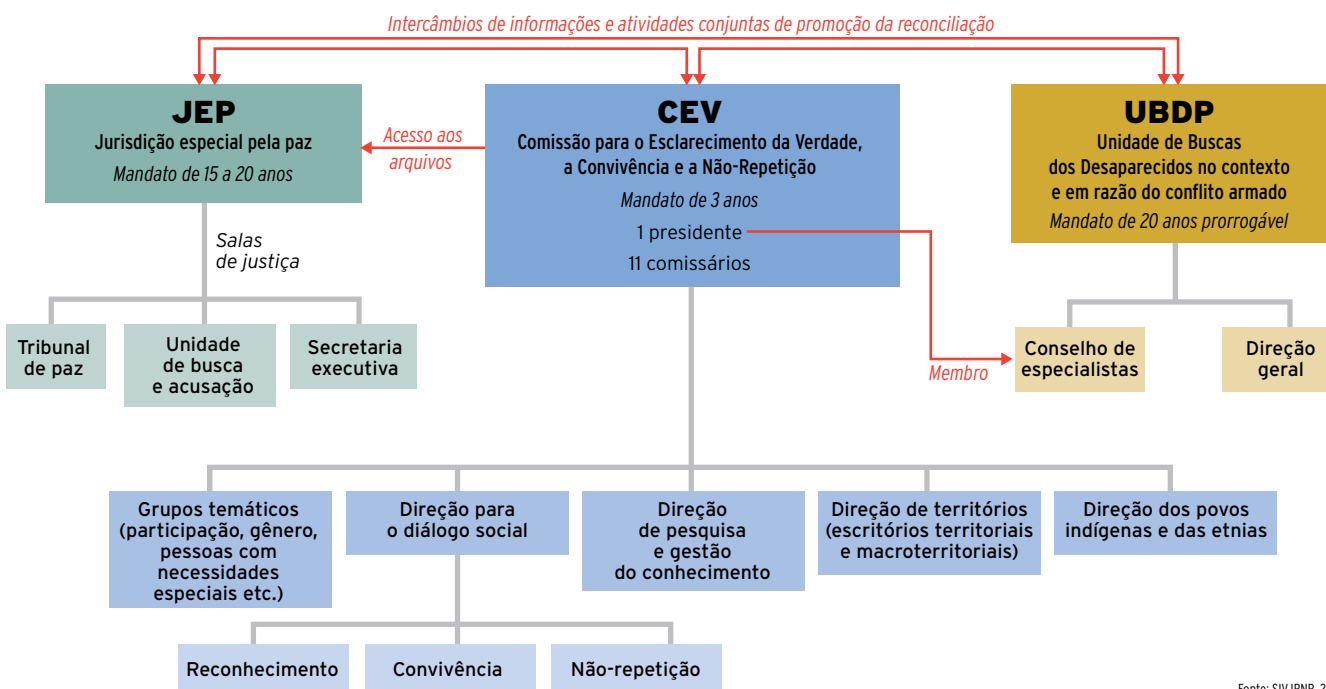
Apesar da relativa estabilidade de suas instituições, a região América Latina e Caribe registrou um grande número de crises políticas e situações de violência nas últimas décadas. Da repressão militar exercida por alguns países às disputas territoriais entre grupos rivais, a violência impôs-se enquanto realidade cotidiana e latente em várias sociedades, colocando em xeque o pacto social e a confiança do cidadão nas instituições. O ODS 16 lembra que o respeito aos direitos humanos e a presença de um Estado de Direito são pré-requisitos necessários para um desenvolvimento sustentável pleno.

Colômbia: a paz, e depois?

Na Colômbia, a assinatura em 2016 de um acordo de paz entre o governo Santos e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) prometia acabar com uma guerra total, brutal e com agentes variados. O processo de negociação, a portas fechadas, em Havana, levantou controvérsias no país, por se dar após uma extensa e traumática sequência de tratativas interrompidas, de desmobilizações fracassadas e de impunidade. Devastada por

essas experiências e por cinquenta anos de conflitos, a sociedade colombiana colocou grandes expectativas no restabelecimento de um princípio de justiça baseado no reconhecimento dos crimes cometidos. Neste cenário, e no intuito de incentivar a reconciliação entre as diversas partes e as vítimas do conflito, os idealizadores do processo de paz instituíram um Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não-Repetição (SIVJNR). Articulado em torno de três entidades públicas autônomas *ad hoc*, foi diretamente incorporado

Organograma do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não-Repetição (SIVJNR)



Fonte: SIVJNR, 2021.

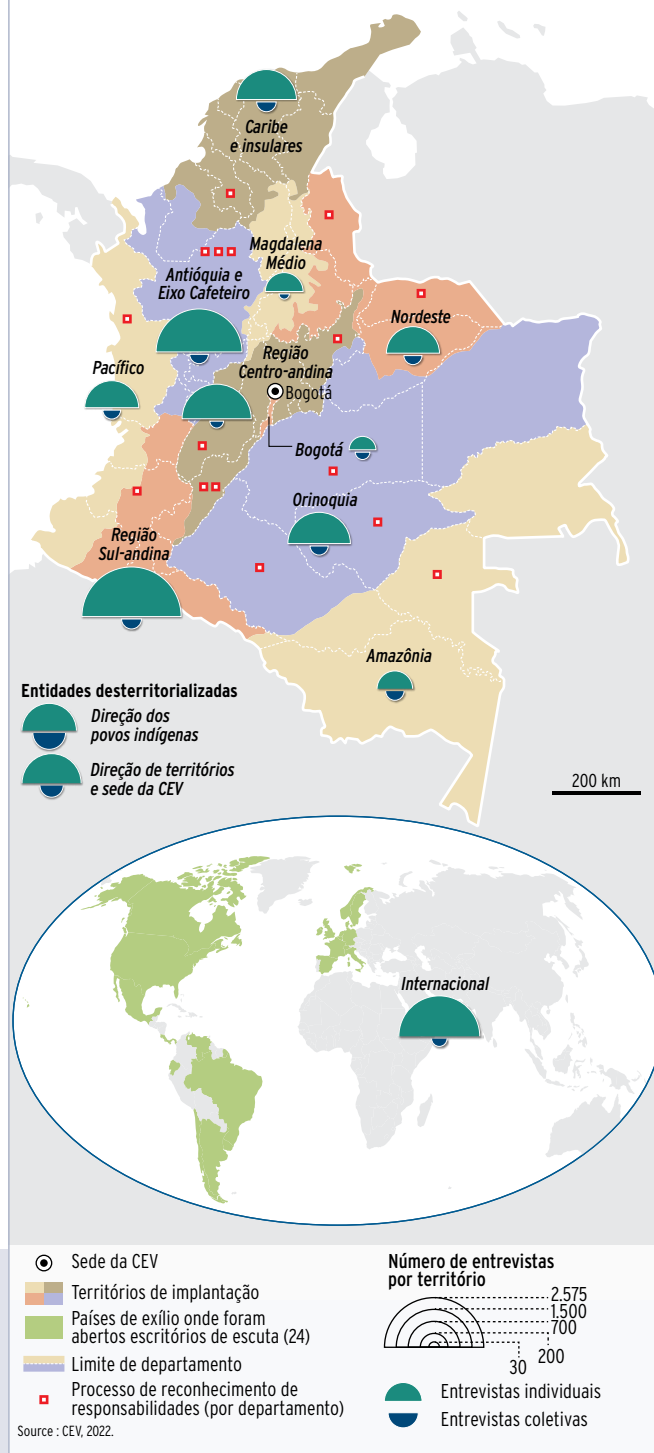
na Constituição. No cerne do dispositivo, a Comissão para o Esclarecimento da Verdade, para a convivência e a não-repetição (CEV), chamada de Comissão da Verdade, se debruçou sobre as questões do desenvolvimento sustentável e soube desenvolver uma abordagem acurada dos desafios levantados pelo conflito armado.

A CEV: um mandato exemplar para uma entidade fora do comum

Instituída pelo decreto 588 de 2017 e extinta após o encerramento do seu mandato, no início de 2023, a CEV tinha a incumbência de contribuir para a identificação, a caracterização e a explicação das violações cometidas no contexto do conflito armado, no intuito de construir uma narrativa comum e de promover a reconciliação. Liderada por onze comissários escolhidos entre personalidades emblemáticas da construção da paz, adotou uma abordagem deliberadamente territorial, com forte presença institucional e de recursos humanos nos departamentos colombianos. Sensível à questão migratória, também estendeu sua atuação para além das fronteiras nacionais, alcançando os principais destinos de exílio dos refugiados do conflito. Enfim, desenvolveu uma compreensão acurada do impacto diferenciado da violência sobre grupos populacionais caracterizados por um ou mais fatores de vulnerabilidade, contemplados por alguns dos grandes desafios da Agenda 2030: etnia, identidade sexual e de gênero, idade, pessoas com necessidades especiais.

Com 28.604 depoimentos e inúmeros documentos de arquivos, os catorze volumes do relatório final entregues pela CEV em 2022 se destacam pelo grau de precisão, mas também pela acessibilidade. Cada capítulo vem acompanhado de suportes didáticos e ferramentas interativas para que o público colombiano possa se apropriar dos resultados dessa gigantesca investigação.

Abordagem territorial da Comissão pelo Esclarecimento da Verdade, a Convivência e a Não-Repetição (CEV)



28.604
pessoas
ouvidas



14.956
entrevistas individuais
e coletivas realizadas



1.244 relatórios, **670** casos
e **milhares de documentos**
de arquivos judiciais consultados

Fonte: CEV, 2022.



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



A pesquisa demonstrou que os regimes democráticos tinham melhor desempenho do que os governos autoritários na efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O diálogo social abre espaço para a participação de mais partes interessadas na preparação das tomadas de decisão. Também reforça a legitimidade dos ODS e facilita sua implementação. Além disso, o diálogo social é um objetivo que diversos ODS (8,10, 16) buscam indiretamente.

Cenário regional

O mecanismo de participação da sociedade civil na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável foi lançado pelo Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável na Cidade de México, em 2017.

Desde então, as declarações aprovadas durante os encontros destacam o caráter imprescindível da participação da sociedade civil para alcançar os ODS. Nessa perspectiva, os países mais democráticos criaram dispositivos que outorgam aos representantes da sociedade civil um papel relevante. Em alguns casos, a sociedade civil é chamada para colaborar na reflexão e na ação sobre um ODS ou uma de suas metas. Em outros, ela contribui para a governança geral da Agenda 2030, em cooperação com as autoridades políticas. A governança colaborativa pretende não deixar ninguém para trás (*no one behind*). É garantia de eficácia e engajamento cidadão.

A assinatura em 2018 do acordo de Escazú, que trata do acesso à informação e à justiça ambiental, além da participação pública, deu à América Latina um conjunto de instrumentos inovadores e pioneiros que permitem aos cidadãos exercerem a sua vigilância no campo do desenvolvimento sustentável.

Diálogo social no Uruguai

Lançada já em novembro de 2015 pelo então presidente uruguaio Tabaré Vázquez (Frente Amplio, coligação de partidos de esquerda), a iniciativa *Diálogo social: Uruguay hacia el futuro* (Diálogo social: Uruguai rumo ao futuro) ambicionava estimular uma reflexão comum em três áreas: desenvolvimento e inserção internacional, proteção social e políticas transversais. Ao longo de dois anos, 632 entidades dialogaram com o governo e organizações internacionais. Junto com entidades oriundas da sociedade civil, o empresariado, os sindicatos e os meios acadêmicos, formularam 210 propostas. Uma mobilização como essa não é rara no Uruguai, um país onde há extensa tradição de diálogo social na elaboração das políticas públicas. Os meios sociais, médicos e acadêmicos, bem como as empresas privadas, fazem muita questão dessas práticas participativas visando

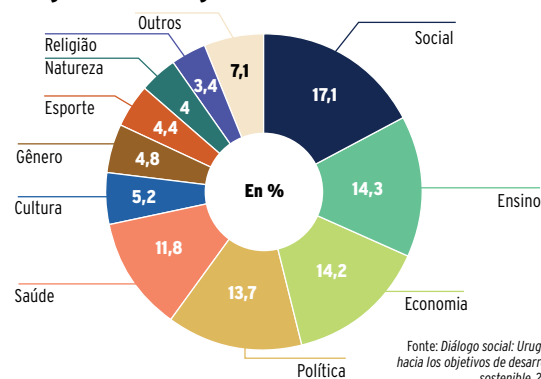
“ A melhor maneira de tratar as questões ambientais é garantindo a participação de todos os cidadãos interessados.

(DECLARAÇÃO DO RIO, 1992)

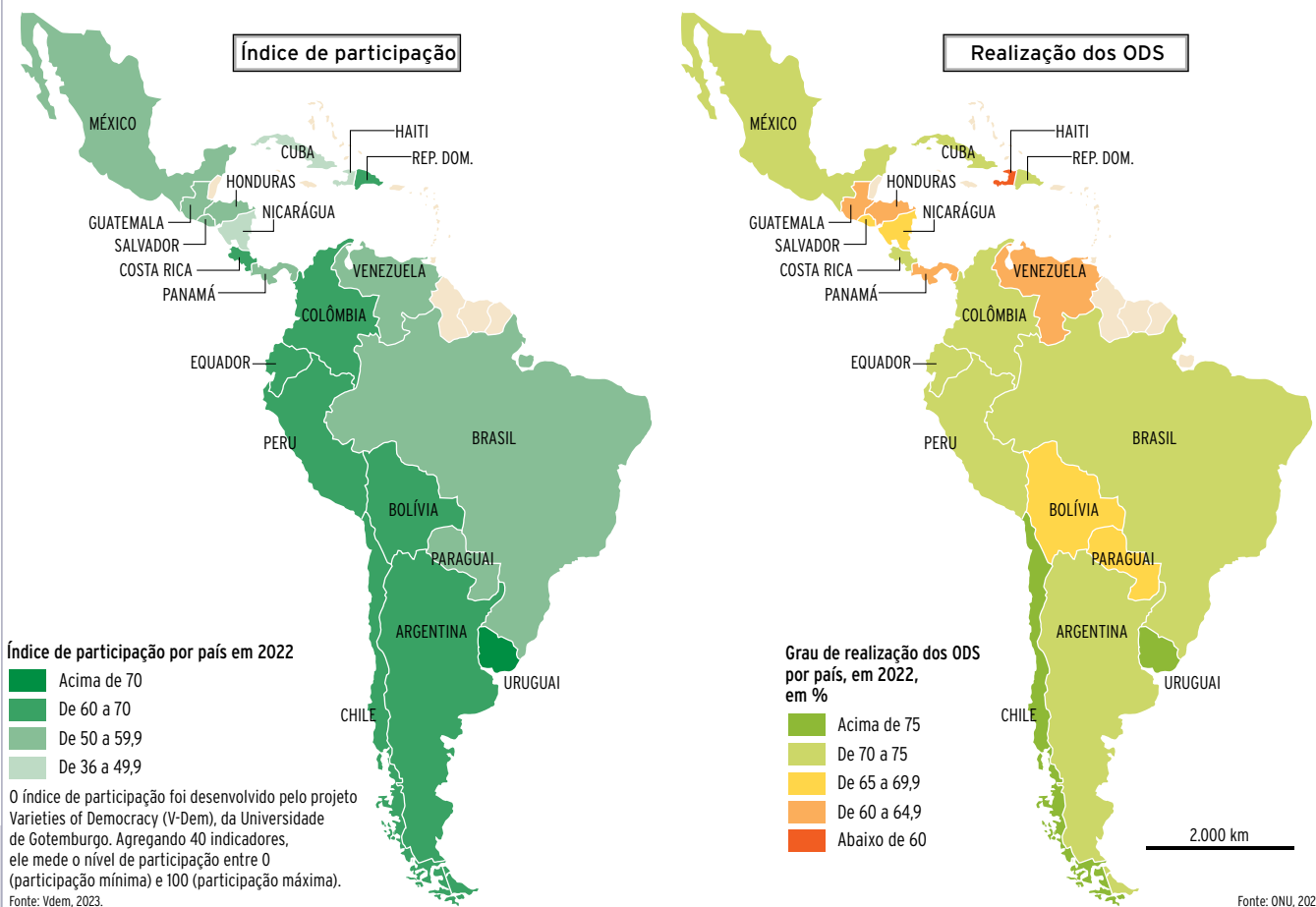


visando a Estado-Providência uruguaio. Depois de estabelecidas as linha mestras, o diálogo social perdeu força com a chegada ao poder em 2019 de um Presidente com ideias políticas contrárias à governança participativa e com a pandemia de Covid-19, em 2020. Entretanto, o Uruguai continua sendo o segundo país da América Latina mais adiantado, atrás somente do Chile, na implementação dos ODS. Já atingiu as metas dos objetivos de erradicação da pobreza (ODS 1), de educação (ODS 4), de água potável e esgoto (ODS 6), de energias limpas (ODS 7) e de cidades sustentáveis (ODS 11).

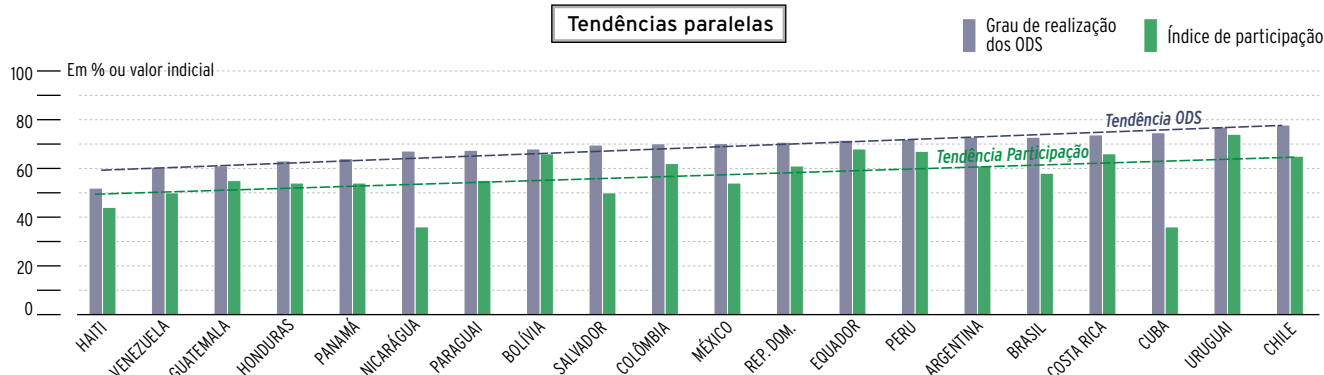
Áreas de atuação dos participantes do diálogo social no Uruguai



ODS e democracia na América Latina



Tendências paralelas



BIBLIOGRAFIA

Bibliografia geral

Site internet da Cepal: www.cepal.org/
Plataforma regional de conhecimentos da Cepal: <https://agenda2030lac.org/es>
Fichas e vídeos sobre o progresso dos 17 ODS da Cepal (2019): www.cepal.org/es/temas/agenda-2030-desarrollo-sostenible/objetivos-desarrollo-sostenible-ods
Cepal (2022), *Panorama Social de América Latina y el Caribe 2022: la transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible*, Santiago, Cepal.
Site internet da FAO: www.fao.org/
Site internet e bases de dados da Unesco: www.unesco.org/fr
Site internet e bases de dados do Banco Mundial: www.banquemondiale.org
Portal das páginas e bases de dados dedicadas aos ODS no site das Nações Unidas: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal>

Bibliografia por ODS

ODS 1

Entrevista com Rayne Ferretti Moraes, ONU-Habitat Brasil (2019).
Entrevista com Luis Valverde, IPP (2019).
Site internet do programa "Territórios sociais": <https://territoriosociais-pcrj.hub.arcgis.com/pages/resultados>.
Servières L. (2022), «L'internationalisation de la question des bidonvilles et ses effets sur l'action publique, en Colombie et au Brésil», tese de Doutorado em Relações Internacionais, Sciences Po/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ODS 2

Entrevista com Olve Antonio Carbonel Berrio, ASOPROSOAP (2023).
Entrevista coletiva com Patricia Melendez, Camilo Romero, Mauricio Torres e Dario Alvarado Bonet, ONUDC Colômbia (2023).
Site internet da cooperativa Agroincolsa SAS: www.sachainchiputumayo.com/
Site internet ONUDC Colômbia: www.unodc.org/Colombia/index.html
Dados internos de programa, ONUDC Colômbia, 2023.

ODS 3

Dongo D. (2020), «Mexique, protection des mineurs contre la malbouffe. Les interdictions se déclenchent», Great Italian Food Trade, www.greatitalianfoodtrade.it
Figueroa-Lara A. (2013), «Exposé de position sur les arguments économiques en faveur d'interventions intersectorielles visant à renforcer les déterminants sociaux de la santé : Mexique», Documento de trabalho n° 7 – Les déterminants sociaux de la santé (politiques et pratiques), Genebra, OMS.
Luong J. (2016), «Alimentation saine, du Mexique à la Belgique», *Éducation santé*, <https://educationsante.be/>
OCDE (2017), «Panorama de la santé 2017. Les indicateurs de l'OCDE», www.oecd.org/
OCDE (2019), *The Heavy Burden of Obesity. The Economics of Prevention*, Mexico, OECD Health Policy Studies.
Sodexo Institute for Quality of Life (2018), «The social and economic costs of obesity in Latin America: a call to action», 2018, <https://cl.sodexo.com/>

ODS 4

Entrevista com Emilio Jayón, Prefeito de Santa Fé (2023).
Site internet da Prefeitura de Santa Fé, Notícias e imprensa: <https://santafenoticias.gob.ar/>
Site internet do Campus educativo lançado pelo Ministério da Educação da Argentina: <https://campuseducativo.santafe.edu.ar/recursos-pedagogicos/>
UNESCO global dataset on the duration of school closures (2022): <https://en.unesco.org/>

ODS 5

Conversas com Carina Lupica, Flor Rodriguez e Rhina Fortuna, BID (2023).
Base de dados da OIT: <https://ilostat.ilo.org/data/>
Site internet do Observatório das Desigualdades de Gênero da Cepal: <https://oig.cepal.org/es>
Relatórios internos de monitoramento da implementação da IPG na República Dominicana: BID, AFD (2022).
Relatórios internos de monitoramento da implementação de todas as IPGs: BID (2023).
Núñez S. (2020), *Factores diferenciales de género en la pandemia covid-19. Análisis y recomendaciones para el sector público*

y privado de la República Dominicana, IPG República Dominicana, BID, AFD, FEM, <https://iniciativaparidadgenerord.gob.do/>

ODS 6

Entrevista com Emilie Dupuits, Universidade San Francisco de Quito (2023).
Site internet dos geógrafos críticos do Equador: <https://geografiacriticaecuador.org/>
Site internet do Jardim botânico do estado de Missouri: www.mobot.org/mobot/paramo_eco/localities.aspx
Dupuits E., Puertas C. e Guadamud J. A. (2023), «Resistencia, negociación y cocreación de saberes para la construcción del Fondo Plurinacional del Agua en el territorio Kayambi», *Allpanchis*, 50 (91), pp. 45-79.
Luteyn J. (dir.) (1999), «Páramos: A Checklist of Plant Diversity, Geographical Distribution, and Botanical Literature», New York, The New York Botanical Garden Press.

ODS 7

Site internet da base de dados The Wind Power: www.thewindpower.net/
Site internet da Carbonbay: www.carbonbay.com/ (página dedicada ao projeto: Los Santos - Energia eólica - Carbonbay)
Site internet da Coopesantos: www.coopesantos.com/

ODS 8

Entrevista com Carlos Mermoz, Coprofam (2023).
Site internet da Coprofam: <https://coprofam.org/>
Dados internos de programa, Coprofam (2023)
Cepal, OIT (2022), «Dinámica de la productividad laboral en América Latina», *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, 27 (LC/TS.2022/213), Santiago.

ODS 9

Mapa interativo das estações da BikeSantiago: <https://bikesharemap.com/santiago/#/12/-70.6312/-33.4298/>
Arellano Yévenes C. e Saavedra Peláez F. (2017), «El uso de la bicicleta en Santiago de Chile ¿es una opción?», *EchoGéo* [online], 40.
Gillot M. e Rérat P. (2022), «The Plurinational Cycling Revolution in Santiago de Chile: Demands for mobility justice», *Applied Mobilities*.
Gobierno regional metropolitano de Santiago (2021), «Actualización y evaluación social del

Plan maestro de ciclovías del Gran Santiago”, Espacio de Comunicación Ciudadana, 1, <https://www.gobiernosantiago.cl>

Mora R., Truffello R. e Oyarzún G. (2021), «Equity and accessibility of cycling infrastructure: an analysis of Santiago de Chile», *Journal of Transport Geography*, 91, 102964.

Rivas M. E., Suárez-Alemán A. e Serebrisky T. (2019), «Urban transport policies in Latin America and the Caribbean», BID, <http://dx.doi.org/10.18235/0001737>

ODS 10

Site internet da plataforma R4V: www.r4v.info/es/ecuador (página dedicada ao GISE: www.r4v.info/es/ecuador/integracion_socioeconomica)

Site internet do ACR: www.unhcr.org/

Site internet da Fundação Hacienda Panas: www.haciendopanas.org/inicio/

ODS 11

Dados internos Multipro

Site internet da Urbamonde: www.urbamonde.org/

Site internet da World Habitat: <https://world-habitat.org/>

Entrevista coletiva com Jorge Fley, Multipro e Suzanne Lerch, Urbamonde (2023).

Entrevista com Nina Quintas, Urbamonde (2023).

Building and Social Housing Foundation (2014), “South-South Cooperation: transfer of the FUCVAM model of mutual aid housing cooperatives – peer exchange report”, Coalville (UK)

Pompeu Quintas N. (2020), “Earth architecture in Uruguayan mutual-aid housing cooperatives – Assessing barriers and perceptions among the main urban actors in Uruguay», Tese de Mestrado em Ciências da Inovação, Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade (IHDS), Universidade de Genebra.

ODS 12

Dados da Global Footprint Network:

<https://data.footprintnetwork.org/#/>

Site internet da Origens Brasil: www.origensbrasil.org.br/

Site internet da Imaflores: <http://imaflores.org/>

Site internet do Fundo Amazônia:

www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/

Relatório Anual da Origens Brasil (2022): <https://origensbrasil.org.br>

ODS 13

Site internet do Ministério das Ciências, Tecnologias e Meio Ambiente de Cuba: www.citma.gob.cu/

FAO (2022), “Proyecto IRES avanza en la rehabilitación de paisajes productivos en municipios vulnerables al cambio climático en Cuba”, www.fao.org

FAO (2023), «La FAO et le Fonds vert pour le climat encouragent l’action climatique dans les petits États insulaires en développement», www.fao.org

Lama Gómez E. e Marti J. (2012), «La naturaleza y los bosques en Cuba», *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, 5 (14), www.eumed.net/rev/delos/14

Rede Internacional das florestas modelos (2016), «Gestion du marabou, une plante envahissante, présente à Cuba : comment tirer le meilleur parti d’une mauvaise situation», <https://rifm.net>

ODS 14

Site internet da Protected Planet: www.protectedplanet.net/

Site internet da Oceana: <https://oceana.org/>

Site internet da Convenção para a Diversidade Biológica de Aichi: www.cbd.int/
Spolarich G. (2023), «Chile creates a new marine protected area in Pisagua Bay following Four Oceana Expeditions», Santiago, Oceana.

Tambutti M. e Gómez J. J. (2022), «Panorama de los océanos, los mares y los recursos marinos en América Latina y el Caribe: conservación, desarrollo sostenible y mitigación del cambio climático», Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/167/Rev.1), Santiago, Cepal.

ODS 15

Site internet da Conservation International Bolívia: www.conservation.org/bolivia/

Site internet e base de dados da Global Forest Watch: www.globalforestwatch.org/

Site internet e base de dados da Global Land Analysis and Discovery sobre a evolução das florestas no mundo: <https://glad.earthengine.app/view/global-forest-change>

Site internet e base de dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG): www.raisg.org/es/

Peñaranda A. (2023), «Naturaleza ‘blindada’: Nace una nueva área protegida en Alto Beni», *La Razon*, 12 de fevereiro

ODS 16

Site internet da CEV: <http://comisiondelaverdad.co/>

CEV (2022), “Rendición de cuentas”, Bogotá (Powerpoint e vídeo da transmissão do evento)

CEV (2022), “Hay futuro si hay verdad. Informe Final”, Bogotá www.comisiondelaverdad.co/hay-futuro-si-hay-verdad

SIVJRN (2019), “Cartilla sobre Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición”, Bogotá.

ODS 17

Acordo regional sobre o acesso à informação, a participação pública e o acesso à justiça a respeito das questões ambientais na América Latina e no Caribe (chamado de “Acordo de Escazú”) (março de 2018), Nações Unidas.

Foro de los países de América latina y el Caribe sobre el desarrollo sostenible (2022), “Una década de acción para un cambio de época” (2022), Quinto informe sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe, Cepal.

Glass L. M. e Newig J. (2019), «Governance for achieving the sustainable development goals: how important are participation, policy coherence, reflexivity, adaptation and democratic institutions», *Earth System Governance*, 2, 100031.

OCDE (2020), “Social dialogue in the 2030 agenda”, www.theglobaldeal.com
Uruguay, Oficina de Planeamiento y Presupuesto e Ministerio de Desarrollo Social (2017), “Diálogo social: Uruguay hacia los objetivos de desarrollo sostenible”, www.opp.gub.uy

ONU (2022), “Sustainable Development Report. 2022 Rankings”, <https://dashboards.sdgindex.org/rankings>

RIMISP-SEI (2017), “Implementation of the 2030 agenda in Latin America”, www.sei.org

TUDCN-RSCD (2016), “Diálogo social para el desarrollo sostenible en Uruguay, Ghana e Indonesia”, www.ituc-csi.org

V-Dem Institute (2022), “Democracy Report 2022. Autocratization Changing Nature?”, University of Gothenburg

APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

Olivier Dabène é professor universitário de Ciência Política na Sciences Po Paris desde 2005, pesquisador do Centro de Pesquisas Internacionais (CERI) de Sciences Po, Presidente do Observatório Político da América Latina e do Caribe (OPALC) e professor convidado em várias universidades na Europa, na América do Norte e na América Latina. É autor de *Atlas de l'Amérique latine* (Autrement), *Atlas du Brésil* (Autrement), *L'Amérique latine à l'époque contemporaine* (Armand Colin), *La Gauche en Amérique latine* (Presses de Sciences Po), entre outros livros.

Laurie Servières é consultora em temáticas urbanas (assentamentos precários) e de desenvolvimento sustentável. Tem doutorado em Relações Internacionais, realizado entre Sciences Po e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e defendeu sua tese em 2022, sobre *l'internationalisation de la question des "bidonvilles" et ses effets sur l'action publique en Colombie et au Brésil*. É pesquisadora associada do grupo Cities are Back in Town e do CERI-Sciences Po.
Site: www.linkedin.com/in/laurie-servi%C3%A8res-62643b101/

Aurélie Boissière é geógrafa e cartógrafa independente especializada em edição, imprensa e comunicação. Tem um mestrado em Geografia e um DESS em Cartografia e Geoprocessamento pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne em parceria com a École Nationale de Sciences Géographiques (ENSG). Colabora regularmente com a Editora Autrement, onde realizou mais de 25 atlas. Também elaborou os mapas das coleções *Histoire de France* (13 tomos) e *Mondes Anciens* (12 tomos, em andamento) para a Editora Belin. Além disso, trabalha pontualmente para as editoras Hatier, Gallimard, Passés Composés, Dunod, Tallandier, o IFRI, o EFEO entre outras. Também é colaboradora do jornal *Courier International*. Desde 2006, ensina Cartografia no segundo ano de licenciatura na Universidade Paris 1.
Site: <https://boiteacartes.fr>

Véronique Rossi é diretora artística independente e exerce há mais de trinta e cinco anos a profissão de designer gráfica. Depois de iniciar sua carreira na imprensa, especializou-se na edição onde angariou experiências junto a grandes figuras do design gráfico como Peter Knapp. Há mais de vinte anos vem colaborando regularmente com a Editora Belin, para quem faz diagramação tanto para livros de arte (*Céline, Março, Le chêne...*), como para livros didáticos. Também cria catálogos de venda, logotipos, projetos de identidade visual.
Site: <https://rossiancellin.wixsite.com/monsite>

Colombe Camus é formada em Ciência Política/Relações Internacionais. Trabalha como editora, secretária de redação e revisora independente há dezoito anos. Especializou-se em edição científica no campos das ciências humanas e sociais e colabora há muitos anos com o CERI-Sciences Po e o OPALC, além de várias editoras, revistas científicas, ONGs e centros de pesquisa.
Site: www.linkedin.com/in/colombe-camus-62377471/

AGRADECIMENTOS

Esse atlas é fruto de um trabalho de equipe. Sua realização não seria possível sem as contribuições de Aurélie Boissière (cartógrafa), Colombe Camus (editora) e Véronique Rossi (designer gráfica). O trabalho teve, desde a fase de concepção, as valiosas orientações de Carlos Maldonado, especialista da Divisão dos Assuntos Sociais da Cepalc. Também recebeu todo o apoio da Sciences Po, através do seu Centro de Pesquisas Internacionais (CERI), em especial, o Observatório Político da América Latina e do Caribe (OPALC), bem como de Basma Daouadi. Envolveu uma estreita colaboração com o campus da Sciences Po Poitiers, onde um grupo de universitários(as) participou da pesquisa para algumas das páginas duplas dos ODS. Pelo empenho e o frescor que trouxeram ao projeto, agradecemos a:

Camille Billard, Valentina Bruno, Mariana Cacace, Carla Cruz Bonilla, Camille Decout, Axelle Duvivier, Louison Furedi, Noémie Gallier, Elise Gay, Marie Lacombe, Aglaee Lamour Loubieres, Jean Laurens Louis, Victoria Noireau, Romane Penault, Gabriela Peña Mancero e Ronan Potel.

Para parte dos ODS, também tivemos a sorte de poder dialogar com protagonistas ou parceiros-chave das iniciativas selecionadas. A gentileza e disponibilidade de todos eles transformaram a fase de coleta de dados em uma belíssima aventura humana – desafiando vários fusos horários. Nossos agradecimentos a:

Rayne Ferretti Moraes da ONU-Habitat Brasil; Luis Valverde do IPP; Olver Antonio Carbonel Berrio, presidente da ASOPROSAOP; Patricia Melendez, Camilo Romero, Mauricio Torres e Dario Alvarado Bonet da ONUDC Colômbia; Emilio Jayon, Prefeito de Santa Fé; Emilie Dupuits, pesquisadora da Universidade San Francisco de Quito; Carlos Mermoz, da Coprofam; Jorge Fley, da Multipro; Suzanne Lerch, Nina Quintas e Pierre Arnold da Urbamonde; Carina Lupica, Flor Rodriguez e Rhina Fortuna do BID.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que encomendou esse atlas, lhe dedicou uma atenção constante ao longo de toda a sua elaboração. Agradecemos a Meghann Puloc'h pela confiança e o valioso acompanhamento durante os primeiros meses do projeto, bem como a Oksana Malhéné que a sucedeu com brilhantismo. Nossos agradecimentos a todos, dentro da instituição, que mostraram interesse pelo projeto e o enriqueceram com suas ideias e bons conselhos, como Ibtissam Qaddi nas questões editoriais e Benjamin Couderc, do departamento Três Oceanos. Por fim, obrigado a Marie-Pierre Bourzai, diretora do departamento América Latina, pelo atento acompanhamento e por ter viabilizado essa aventura.

ACRÔNIMOS & SIGLAS

AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento
AMRU: Associação das Mulheres Rurais do Uruguai (Asociación de Mujeres Rurales del Uruguay)
ASOPROSAOP: Associação dos Produtores de Sacha Inchi do Município de Puerto Caicedo
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBD: Convenção sobre a Biodiversidade
CCP: Confederação Camponesa do Peru (Confederación Campesina del Perú)
CECOVI: Central de Cooperativas Habitacionais (Central de Cooperativas de Vivienda)
CEPALC: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEV: Comissão para o Esclarecimento da Verdade, a Convivência e a Não-Repetição
CIOEC: Comitê de Coordenação para a Integração das Organizações Econômicas Camponesas (Coordinadora de Integración de Organizaciones Económicas Campesinas)
CNFR: Comissão Nacional para o Desenvolvimento Rural (Comisión Nacional de Fomento Rural).
COICA: Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica)
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPROFAM: Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado
FAA: Federação Agrária Argentina
FAO: Organização para a Alimentação e a Agricultura
FARC-EP: Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército do Povo (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo)
FEM: Fórum Econômico Mundial
FIDA: Fundo internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FUCVAM: Federação Uruguaia de Cooperativas Habitacionais por Ajuda Mútua (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua)
GES: Gás de efeito estufa
GGGI: Global Gender Gap Index (Índice Mundial do Hiato de Gênero)
GISE: Grupo de Trabalho de Inclusão Social e Econômica (Grupo de Trabajo de Integración Social y Económica)
HCR: Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação na Agricultura
IMC: Índice de Massa Corporal
IPG: Iniciativas de Paridade de Gênero
IPP: Instituto Pereira Passos
IRES: Fortalecimento da Resiliência Climática das Famílias e Comunidades Rurais através da Recuperação das Paisagens de Produção em determinadas localidades da República de Cuba (Increased climate resiliency of rural households and communities through the rehabilitation of production landscapes in selected localities of the Republic of Cuba)
KOIKA: Agência Coreana de Cooperação Internacional (Korea International Cooperation Agency)
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MUCECH: Movimento Unitário Camponês e Grupos Étnicos do Chile (Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile)
NAFTA: Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM: Organização Internacional para as Migrações
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMD: Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento
OMS: Organização Mundial da Saúde
ONAC: Organização Nacional dos Camponeses (Organización Nacional Campesina)
ONU: Organização das Nações Unidas
ONUDC: Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime
R4V: Resposta Regional de Coordenação para os Refugiados e Migrantes Venezuelanos (Regional response for Venezuelan refugees and migrants)
RAISG: Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas
SIVJRRN: Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não-Repetição
UAN: União Agrícola Nacional (Unión Agrícola Nacional)
UICN: União Internacional para a Conservação da Natureza
WWF: Fundo Mundial para a Natureza (World Wild Fund for Nature)